



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

1919 N.º 191 • SÃO PAULO • 26 DE OUTUBRO A 1 DE NOVEMBRO PREÇO CR\$3,00

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Costa Gomes discursa na ONU

Economia: situação não é muito grave

Medicina a serviço do povo

Governo incentiva construção
de casas populares

Concordata: afronta
à sociedade moderna

Africa oferece
amizade a Portugal

Campanha de calúnias

Para onde
ia o dinheiro do povo



A visita de Costa Gomes às Nações Unidas e a Gerald Ford é de particular importância para os destinos da II República nascida a 25 de abril. Nas Nações Unidas, Portugal conquistou novamente o pleno reconhecimento da comunidade internacional. O discurso do presidente, foi várias vezes ovacionado de pé pelo plenário da assembleia-geral da ONU. "Devolver ao povo português a dignidade perdida, implantando condições de vida mais vastas com instituições democráticas pluralistas, legitimadas na vontade do povo livremente expressa" são os objetivos do 25 de abril, disse Costa Gomes. E acrescentou: "Portugal tem como meta inicial o processo irreversível e definitivo de descolonização dos territórios sob administração portuguesa. Não mais admitiremos trocar a liberdade de consciência coletiva por sonhos grandiosos de imperialismo estéril". Estas palavras marcam em definitivo os novos rumos da democracia portuguesa.

Por outro lado, a entrevista com Ford, e principalmente com Kissinger, definiu o relacionamento de Portugal com os EUA e vai definir as relações com os círculos financeiros internacionais, de que Portugal ainda depende. Até à data em que foi escrito este editorial ainda não havia respostas concretas quanto aos resultados da visita. O que se deve entender por respostas concretas? Deve-se entender, respondemos, fundamentalmente os créditos que serão concedidos (ou não) pelos órgãos internacionais controlados pelos EUA, tais como o FMI, o Banco Mundial, o Eximbank, etc. Com efeito, esta é a essência da questão. Na medida em que esses empréstimos

e financiamentos sejam concedidos, saberemos da atitude real daquela potência para com o novo regime português. Entretanto, o governo português terá de aguardar ainda algumas semanas ou meses para verificar os resultados da visita aos EUA. A resposta real virá daquelas instituições financeiras e não dos comunicados diplomáticos protocolares.

Em nossa opinião, é bastante provável que saiam aqueles créditos. Uma tentativa de sabotagem econômica, agora, contra Portugal apenas apressaria o processo de radicalização dentro do país. Na verdade, os EUA serão constrangidos a apoiar o novo regime democrático português devido ao receio de uma guinada à esquerda. O golpe frustrado de 28 de setembro mostra nitidamente qual é a correlação de forças dentro de Portugal. Temos uma poderosa aliança das Forças Armadas com as forças democráticas civis, os partidos políticos mais representativos do povo português. A batalha incruenta de 28 de setembro demonstrou bem como as forças democráticas podem derrotar a reação.

No entanto, é preciso permanecer alerta. Ainda há forças poderosas, dentro e fora de Portugal, tentando sabotar o regime por meios econômicos, ou seja, através da retração de investimentos, falências fictícias, fechamento de fábricas, demissões coletivas, campanha pelas transferências de dinheiro para o exterior, campanha contra as remessas de divisas dos emigrados, etc. O dever dos portugueses é oporem-se firmemente a essas atividades.

“Não sou otimista ao atribuir ao povo português um saldo histórico fecundamente positivo”

“No seu instinto de intercontinental humanismo, o povo português considera-se irmão de todos os povos oprimidos — esta frase do Presidente da República, general Costa Gomes ecoou perante a Assembléa Geral da O. N. U., reunida pela primeira vez para ouvir um Chefe de Estado português.

Foi um dia de extraordinário significado para um novo país que renasceu em 25 de Abril e

que é recebido, pela primeira vez, com respeito e admiração no Palácio de Vidro das Nações Unidas. Após um longo período de trevas, durante o qual a delegação portuguesa esteve sujeita aos vexames e à vergonha de uma política que renegava os próprios princípios defendidos pela Carta da O. N. U., o presidente Costa Gomes pôde proclamar bem alto, frente aqueles que desconhecem, ou duvidam, ainda, do que atualmente se passa em Portugal”.

ENTUSIASMO NA COLÓNIA PORTUGUESA

Não só as delegações estrangeiras estavam interessadas em ouvir as “palavras novas” portuguesas e o discurso do general, pronunciado na língua pátria: no próprio Palácio das Nações Unidas se notava, desde muito cedo, uma azáfama invulgar. Grupos de visitantes portugueses, da numerosa colónia residente nos Estados Unidos, alguns ostentando nas lapelas cravos vermelhos — o símbolo da Revolução de Abril — escolheram a data para percorrer o edifício, tentando um lugar melhor para avistar, mesmo de longe, o novo Chefe de Estado da pátria distante.

Já na véspera se manifestara esse interesse da comunidade lusa que, apesar do atraso da chegada do avião e da chuva ininterrupta que caiu sobre Nova Iorque, procurara entrar em contato com o general Costa Gomes e com os membros da sua comitiva. A noite, alguns conseguiram mesmo romper a cortina de segurança montada pelas autoridades americanas, a cargo do F.B.I., e aguardaram no Waldorf Astória a chegada do Presidente português, no regresso do jantar que lhe fora oferecido pelo secretário-geral, Kurt Waldheim. E o próprio Presidente não escondeu a surpresa e a emoção ao ver-se rodeado por esses animados grupos de compatriotas com quem conversou durante alguns minutos. A entrada do hotel, que ostenta a bandeira portuguesa, o general Costa Gomes ouviu, como se estivesse no seu país, gratas saudações na língua pátria e foi alvo de significativa homenagem de um grupo de artistas portugueses da “Alvorada Musical” em digressão pelos Estados Unidos, que ofereceram discos ao Chefe de Estado e esposa e ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares.

Portugal sente-se no direito à solidariedade e auxílio da sociedade internacional em que se integrou

Mas foi o eloquente discurso do general Costa Gomes — que alguns puderam ouvir emocionados na própria sala da Assembléa Geral e que a Rádio e a Televisão transmitiram — que constituiu o momento máximo deste inesquecível regresso português ao plano internacional. Allás, foram claras e seguras as palavras do Presidente ao expor a linha da atual política do Governo de Lisboa.

Na sua exposição de vinte minutos, em que ficou devidamente esclarecida a posição de Portugal no consenso das nações, era lógico que o Chefe de Estado chamasse a atenção do Mundo para as novas condições que se apresentam no seu país, o qual — como proclamou — se sente agora no “direito à solidariedade e

ao auxílio da sociedade internacional em que se integrou”.

Uma prolongada ovação saudou a entrada do general Costa Gomes na sala da Assembléa acompanhado do secretário-geral. O presidente português manteve-se alguns instantes de pé, a agradecer a manifestação de simpatia dos delegados, após o que tomou lugar numa cadeira especial. Foi então que o presidente da Assembléa Geral, o embaixador argelino Bouffilka, convidou o Chefe de Estado a proferir o seu discurso.

Depois de longamente aplaudido pelos delegados dos 138 países membros da O.N.U., o Presidente Costa Gomes dirigiu-se à tribuna, onde pronunciou o seguinte discurso:

Senhor Presidente:

Em nome do Povo Português saúdo fraternamente todos os Povos do Mundo, reconhecendo fazê-lo numa mul digna Assembléa cuja vocação universalista é o pólo de condensação das melhores esperanças dos que amam a Justiça e a Paz.

Saúdo VV. Exas., sr. Presidente, e todos os representantes nesta Assembléa Geral em que recaem as mais transcendentais responsabilidades da História da Humanidade.

Reconhece o Mundo que, com as deficiências próprias das obras humanas, tem esta Organização procurado garantir um clima mundial de tolerância, de paz, de segurança e de justiça.

Todos os homens de talento e de génio que nesta Organização têm sabido colocar os ideais do bem e da equidade universal acima dos interesses nacionais ou regionais são marcos na rota ascensional da Dignidade Humana.

Sou o primeiro Chefe de Estado de Portugal que tem o privilégio de se dirigir à opinião pública mundial beneficiando da vantagem de o fazer aqui e perante VV. Exas.

O meu país tem uma história longa de mais de oito séculos e não nos será difícil perdoar a memória do último meio século orientado por homens que não souberam sintonizar os seus ideais com a alma coletiva do Povo a que pertencem.

Nas histórias de todos os povos há relâmpagos de inspiração que lançam as suas forças vivas no caminho mais nobre e mais eficaz e há golpes de cegueira política que alienam a vontade popular e lançam as Pátrias em caminhos obscuros e estéreis.



UM SALDO HISTÓRICO FECUNDAMENTE POSITIVO

Os espíritos superiores são aqueles que pairam acima dos acontecimentos historicamente fugazes e conseguem a visão global e sintética que crie uma perspectiva crítica e justa da vida dum País.

Não sou otimista ao atribuir ao Povo português um saldo histórico fecundamente positivo:

— Contribuímos decisivamente para o conceito planetário que o Homem de hoje tem de si próprio;

— Estivemos com os pioneiros bons em cuja legislação a abolição da escravatura foi mais uma conquista da ciência jurídica.

— Demonstramos que a pobreza de recursos não impede o fenómeno fecundo dum vivência interracial que torna os povos mais irmãos e mais unidos; no Grande Espaço da expressão portuguesa, 130 milhões de pessoas respondem por esta afirmação.

— Somos um povo europeu em cuja paisagem e arte se amalgamaram influências de todos os continentes e em cujo sangue há marcas genéticas dos clãs europeus, das tribos do norte ao sul da África, da Ásia e das Américas.

Senhor Presidente:

Sou o Chefe de Estado dum País que depois de humilhado por meio século de ditadura soube iniciar na longa noite de 25 de Abril uma revolução sem sangue que outros classificaram da mais pura do século.

Estamos perfeitamente determinados a salvaguardar a pureza dos principais objetivos revolucionários:

— Devolver ao povo português a dignidade perdida, implantando condições de vida mais justas com instituições democráticas pluralistas legitimadas na vontade do povo livremente expressa.

— Iniciar o processo irreversível e definitivo de descolonização dos territórios sob administração portuguesa. Não mais admitiremos trocar a liberdade de consciência coletiva por sonhos grandiosos de imperialismo estéril.

“MANTEREMOS UM PROCESSO DEMOCRATIZANTE”

A nossa revolução iniciada com o 25 de Abril, apesar de embaraços e dificuldades, continua a demonstrar o alto civismo do Povo de Portugal.

Aqui deixo um convite aos altos responsáveis políticos desta Assembléa para verifiquem em Portugal que o ambiente geral de tranqüilo labor e de ordem social não justifica

generalizações alarmistas a partir de pequenas perturbações sociais que o Governo Provisório sempre sanou e ultrapassou.

Nestas condições, estou à vontade para afirmar solenemente que o Governo Português tem intenção e capacidade para cumprir, na letra e no espírito, a Carta das Nações Unidas e todos os compromissos internacionais, políticos, comerciais ou financeiros a que se encontra vinculado.

No plano interno, manteremos um processo democratizante, onde, com um mínimo de sofrimento, vamos desintoxicar os espíritos de meio século de propaganda de extrema direita; construiremos um ambiente de tolerância política multipartidária, iniciaremos a politização do nosso povo e dar-lhe-emos as condições para a livre escolha do regime pluralista em que deseje viver.

No processo de descolonização, manter-nos-emos fiéis aos princípios do Direito Internacional da autodeterminação e independência; na aplicação concreta dos princípios, teremos a flexibilidade de espírito suficiente para salvaguardar os interesses dos povos a descolonizar; seremos tão dinâmicos quanto o exige a impaciência de quem toma uma tarefa com muitos anos de atraso e tão pacientes quanto indispensável à felicidade de povos que sofreram na carne as consequências da anterior situação política portuguesa. Saberemos evitar figurinos estereotipados e procurar para cada território a solução mais adequada à garantia da gênese feliz de uma nova pátria.

No plano das relações internacionais, procuraremos intensificar as relações económicas e políticas com todos os povos do Mundo.

Aproveitaremos as relações históricas com outros povos para desenvolver aceleradamente justas situações de interesse mútuo, incluindo os países existentes de expressão portuguesa, as novas nações irmãs em formação pelo processo de descolonização em curso, não esquecendo os Estados árabes e outros, cujas raízes históricas se cruzaram com as nossas ao longo dos séculos.

As origens culturais latinas facilitar-nos-ão o reforço da solidariedade com todos os países latinos da Europa e da América.

O estúdio do nosso desenvolvimento, a nossa situação geográfica, o sentimentalismo e anti-racismo congénito do nosso Povo são a garantia de uma ligação de fácil entendimento e fraterna entreajuda com todos os povos do Terceiro Mundo.

DIREITO À SOLIDARIEDADE E AUXÍLIO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Não mais resta o direito à Sociedade Internacional para anatemizar Portugal com o ferrete da suspeição

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

O discurso do Presidente causou profunda impressão

Manuel L. Rodrigues

A voz do Presidente Costa Gomes soou, calma e firme, perfeitamente segura, no vasto anfiteatro da Assembleia Geral da O.N.U. "Sr. presidente" — a fórmula de cortesia banal tinha, neste caso, retumbância histórica, pois eram as primeiras palavras proferidas em língua portuguesa do alto da tribuna das Nações Unidas.

A decisão do Presidente falar em português prenuncia o possível ingresso do nosso idioma no número das línguas de trabalho da Organização Internacional. Terá vindo recordar, muito oportunamente, que o português é, atualmente, falado por 130 milhões de pessoas e que a política de descolonização veio aumentar o número de países que nele têm o seu instrumento de comunicação.

O Chefe do Estado foi, à sua entrada na sala da Assembleia, saudado de pé, com uma prolongada ovação. Quando os aplausos cessaram, o Pre-

sidente sentou-se na cadeira especialmente colocada junto da tribuna. Bouteflika, ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, que preside à atual Assembleia, proferiu, então, algumas palavras, anunciando o discurso do Chefe de Estado. O ajudante de campo do Presidente, comandante Silveira Pinheiro, colocou então o texto do discurso na tribuna dos oradores e Costa Gomes dirigiu-se para ali. Soou, depois, nova salva de palmas, o que levou uma jornalista americana, sentada a meu lado, na tribuna de Imprensa, a comentar, em voz alta: "That is most unusual!" ("Muito invulgar").

Costa Gomes foi escutado por uma enorme assistência. Um jornalista espanhol que trabalha nas Nações Unidas disse-me que nem quando o presidente Ford vem falar, a Assembleia regista maior enchente.

... não havia, virtualmente, um lugar vago, tanto na parte da sala reservada às delegações como nas galerias. O discurso, que estava sendo simultaneamente traduzido em todas as línguas de trabalho da O.N.U., causou profunda impressão, a avallar pela enorme ovação que recebeu, ao terminar. Bouteflika agradeceu, depois, em curtas palavras, ao Chefe do Estado português e, seguido pelo secretário-geral Waldheim, veio acompanhar o Presidente até à porta. A assistência, pondo-se de pé, fez então a aclamação final.

O acolhimento feito ao discurso de Costa Gomes culmina a radical transformação que se operou na posição do nosso país perante o Mundo. Já à noite, a assistência ao jantar oferecido pelo secretário-geral pôs em evidência que, a partir de agora, Portugal está beneficiando da simpatia e popularidade que, durante tantos anos, lhe foi justificadamente negada. Entre os convivas, contavam-se alguns dos mais tenazes opositores do colonialismo português, como o embaixador Salim, presidente da Comissão dos 24. Pelas informações que me foi possível obter, o banquete decorreu em ambiente muito mais caloroso do que é habitual nestas cerimônias protocolares. O brinde de Kurt Waldheim exprimiu gran-

de simpatia pelo Portugal de hoje e foi feito num tom isento de frieza diplomática. Costa Gomes agradeceu em breves palavras, repassadas de amizade.

A atmosfera de interesse e simpatia que, neste momento, envolve Portugal, deverá ter, em breve, grandes repercussões no plano diplomático.

O Ministro Mário Soares teve uma reunião com os embaixadores e representantes permanentes do grupo africano. Segundo pude apurar, junto dos informadores das Nações Unidas, a questão apresenta-se, atualmente, nos seguintes termos: na sua última reunião, a cimeira de Mogadixo, a Organização da Unidade Africana adotou uma linha dura, aprovando uma moção em que dizia que a pressão sobre Portugal não deveria abrandar e só deveriam restabelecer-se relações diplomáticas depois de completado o processo de descolonização. Contudo, grande número de Estados africanos e árabes estão já convencidos da sinceridade das intenções de Portugal e esperam, apenas, oportunidade para reatarmos relações com a nova democracia. Mário Soares terá, decerto, estudado com eles a melhor forma de emendar a decisão de Mogadixo, que a maioria já reconhece não ter justificação.

ECONOMIA



"A conjuntura econômica portuguesa não é muito grave"

O prof. Celso Furtado disse que só através de uma sociedade mais justa, em que se exerça uma ação mais ampla do Estado e uma maior intervenção na economia, acompanhada de uma disciplina do consumo, Portugal conseguirá aproximar-se do nível das sociedades europeias atuais, o que pressupõe um projeto social e o abandono da tentação tecnocrática. Tentando seguir o mesmo modelo dos restantes países europeus, acrescentou, Portugal nunca os alcançará e agudizar-se-ão as contradições internas.

O conhecido economista brasileiro disse, no entanto, que não considerava a conjuntura econômica portuguesa muito grave, no conjunto da Europa, e que o saldo deficitário previsto na balança de pagamentos e a taxa de inflação, por exemplo, não eram muito diferentes em relação a outros países. Considerando, todavia, que o aspecto mais grave na nossa economia é o dos investimentos, disse que a complexidade e originalidade dos problemas que se apresentam a Portugal deveriam ser encarados não como fatores de dificuldade, mas como um verdadeiro desafio.

O prof. Celso Furtado fez estas declarações, na biblioteca do Instituto Superior de Economia, que se encontrava cheia de alunos daquele estabelecimento de ensino e de outros interessados participantes no colóquio ali realizado. O economista brasileiro, que falará, antes, sobre "Os países subdesenvolvidos e a economia de hoje", respondeu a perguntas que lhe tinham sido feitas quanto ao desenvolvimento de Portugal a curto e a médio prazo.

Começara, dentro do tema do colóquio, por falar das fases do processo evolutivo do capitalismo, iniciado com a revolução industrial, sobretudo na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, dada a acumulação de capital concentrado nesse país, com uma formação de excedente que se repartiu um pouco por toda a parte, do centro para a periferia, esboçando uma economia colonial que já nessa altura começou a ser contestada. Tal sistema, com o aproveitamento de recursos da periferia, criou as raízes do que hoje se chama desenvolvimento e subdesenvolvimento,

sendo de notar a difusão e diversificação do consumo provocado nessa mesma periferia, onde uma minoria da população ainda beneficiava do sistema. Numa segunda fase, de fins do século até à II Guerra Mundial, assistiu-se à formação das economias nacionais, não já dentro do liberalismo mas sim a nível de projeto nacional, com centros coordenadores que poderiam ser a banca ou o Estado, para se chegar, finalmente, à terceira fase, iniciada a partir daquele conflito e ainda hoje em processo de desenvolvimento.

As contradições de um sistema

O prof. Celso Furtado disse nomeadamente que a guerra veio restabelecer a hegemonia da política no sistema capitalista, enquanto os Estados se transformavam em subpoderes tutelados por uma nação, os Estados Unidos, que dispõe do "contrôle" do sistema de segurança, está na vanguarda do progresso econômico, técnico e financeiro e possui maior experiência de empresa. Esta fase, caracterizada por uma homogeneização crescente do centro, que se expande para a periferia implantando aí grandes empresas para aproveitar, não só os recursos, como a mão-de-obra barata, veio criar situações muito particulares para o próprio centro (os E.U.A.), que encontrou dificuldades de tipo inteiramente novo e uma agudização crescente de crises internas (coeficiente de desemprego mais alto do Mundo, falta de capacidade de defesa em relação à sua própria produção no exterior, etc.).

Verificou-se, disse o prof. Celso Furtado, que após a guerra o crescimento mais rápido se deu nas economias com mais baixa produtividade até então, como a Itália e o Japão, ao passo que se assistia a um declínio relativo da produtividade nos Estados Unidos, à medida que a grande empresa se expandia para fora. Simultaneamente, a internacionalização da empresa acarretou uma dificuldade crescente para os E.U.A. em coordenar as suas responsabilidades no exterior com a economia nacional, criando problemas no sistema monetário e no mercado financeiro internacional.



CELSO FURTADO AO DESEMBARCAR EM LISBOA

Organizar a defesa

Em relação aos países subdesenvolvidos, a necessidade de liquidação do passado colonial criou problemas novos na periferia do sistema, mas um período de estabilização veio possibilitar um papel crescente da empresa, embora, e sempre, na situação de dependência do centro, e com a maioria dos benefícios a fluírem para este. Assim, verifica-se uma concentração da renda no centro (800 milhões com uma capitação de cerca de dois mil dólares anuais), ao passo que um bilião e setecentos milhões de habitantes da periferia dispunham apenas de um décimo daquele rendimento. Por outro lado, e paralelamente a uma situação de dependência crescente do centro em relação à periferia (recursos e mão-de-obra), a esta última são ditados por aquele os modelos de consumo cuja satisfação abrange em cada vez mais reduzido número de beneficiados.

Recordando que alguns países da periferia, sobretudo os que dispõem de recursos vitais como o petróleo, tinham já começado a organizar a sua defesa contra o centro, o prof. Celso Furtado disse que, no entanto, a grande empresa vai continuar a expandir-se em busca de mão-de-obra. Mas, no futuro, será previsível que os países subdesenvolvidos comecem também a organizar-se para defender essa mão-de-obra. Por outro lado, e entre as opções que se lhes põem, poderá acontecer que os grupos que os controlam passem a exigir uma maior participação (que aplicarão no próprio país ou depositarão na banca internacional à disposição das grandes empresas), ou que surjam projetos nacionais para esses países, com o desvio dos recursos noutra direção. "Os próximos anos serão provavelmente a fase mais dinâmica e inventiva para o Terceiro Mundo" — disse aquele economista.

A economia portuguesa terá de ser muito aberta

Por fim, e respondendo a perguntas, disse que Portugal não era um caso típico de subdesenvolvimento, dados os fatores específicos da sua economia, embora esta se apresente "muito delicada e relativamente frágil". Por outro lado, existem semelhanças com os países desenvolvidos, por exemplo, um grau de acumulação de capital extremamente baixo (um terço do grupo de países da Europa Ocidental), as formas de consumo ditadas de fora, um coeficiente de poupança muito baixo, etc. Assim, disse, a estratégia para o desenvolvimento tem que ter em conta esses dados e a sociedade portuguesa terá que ser mais justa se pretender atingir o nível europeu.

A economia portuguesa, acrescentou, terá que ser muito aberta, diversificando os seus vínculos, buscando recursos e apoios noutras partes do Mundo. Na importação de tecnologia não pode ignorar as multinacionais que as detêm, mas deve fazê-lo na ideia de como se vai viver, o que se vai produzir e, sobretudo, quem vai beneficiar com o desenvolvimento, tendo em conta que será mais importante planejar o consumo que planejar a produção. Nesse aspecto, afirmou, as medidas de caráter econômico previstas no Programa do M.F.A. constituíam um bom indicador para definir quem irá beneficiar da política econômica portuguesa.

Pinheiro de Azevedo oferece um jantar a Celso Furtado

O Presidente da República, interino, almirante Pinheiro de Azevedo, ofereceu, na residência oficial do Primeiro-Ministro (palacete da Rua da Imprensa) um jantar em honra do economista brasileiro Celso Furtado.

A "Grande Imprensa" não pôde ignorar o 25 de Abril e explorou exaustivamente todos os lados sensacionalis-

tas de um "revolta de capitães" que derrubara a mais prolongada ditadura do século.

Uma campanha de calúnias

Durante a longa e sinistra noite do fascismo, Portugal foi sempre um tema secundário para a chamada grande Imprensa internacional. Agora é assunto de interesse permanente. Antes, Salazar podia mandar centenas de patriotas para Peniche ou Caxias, a PIDE podia torturar e assassinar, a juventude portuguesa podia ser enviada para a fogueira da guerra colonial. Para "Times" ou para "L'Aurore", para o "Die Welt" ou para o "Los Angeles Times", tudo isso era desinteressante. Quando a grande Imprensa de direita se ocupava da política portuguesa, fazia-o quase sempre para salientar os "aspectos positivos" de um "regime estável". Quando Salazar desapareceu da cena política, Marcelo Caetano foi endeusado como um apóstolo da "liberalização".

O panorama mudou. Os mesmos jornais e revistas que descobriam tantas virtudes no fascismo português, que consideravam inútil acompanhar de perto a vida de um povo governado por "homens tão lúcidos", mudaram o critério e o ângulo de julgamento. Manifestam agora por Portugal um absorvente interesse. O antigo otimismo cedeu nas suas colunas lugar ao mais desalentado pessimismo. Portugal passou a ser um país à "beira do caos e da anarquia".

Não seria justo cair em generalizações. Mesmo entre a Imprensa conservadora, da Europa e da América, entre aquela Imprensa que tem como meta a venda de papel transformado em anúncio ou a defesa da economia dos monopólios, há exceções. Em Inglaterra, na França, na Alemanha, nos próprios Estados Unidos, grandes órgãos de Informação têm publicado editoriais e reportagens que refletem a preocupação de oferecer aos leitores uma visão relativamente correta da realidade portuguesa.

A regra é, contudo, outra. A "grande Imprensa" não pôde ignorar o 25 de Abril e explorou exaustivamente todos os lados sensacionalistas de uma "revolta de capitães" que derrubara a mais prolongada ditadura do século. Mas, esgotado o filão, tomou partido, definiu-se ideologicamente. Escolheu heróis, inventou vilões, deu conselhos, apontou caminhos, fez profecias, passou dos sorrisos à amargura quando percebeu que o povo português prescindia de tutelas e não se deixará desviar do rumo escolhido: o que leva à descolonização, à democracia e ao progresso, tendo como alicerce sólido a aliança entre as massas populares e o Movimento das

Forças Armadas. Os "capitães", promovidos a majores ou coroneis, são olhados com rancor. Não fizeram o que o imperialismo e a reação internacional deles esperava.

A imagem dos acontecimentos do 28 de Setembro refletida por certos jornais estrangeiros é um autêntico mostruário da conspiração externa montada contra Portugal, complemento lógico da intentona interna esmagada pela MFA e pelo povo. Dir-se-ia que estamos a assistir a uma segunda edição da raivosa campanha de descrédito orquestrada contra o Chile, quando o imperialismo combatia o Governo da Unidade Popular com mentiras e calúnias antes de substituir as palavras por armas.

Desiludidos, os mesmos jornais e revistas que durante décadas só viram virtudes em Salazar, choram hoje lágrimas de crocodilo preocupados com o destino de uma Revolução onde "as flores murcharam ainda antes de abrir".

O coro das lamentações mostra-se afinadíssimo. Segundo o "Financial Times" — porta-voz do capital financeiro britânico — a "Primavera portuguesa foi seguida de um Outono cheio de inquietações". O órgão da City levanta o espectro da guerra civil, teme que o avanço do processo de descolonização seja prejudicado pela renúncia do general Spínola.

O "Daily Telegraph" — o diário londrino que sempre glorificou Salazar e fazia a apologia da guerra colonial — vai mais longe e esboça um quadro de apocalipse. Veste uma roupagem democrática para insinuar que a democracia está moribunda; empresta aos comunistas desígnios tenebrosos. E incita à guerra civil como único meio "de impedir os marxistas de tomarem completamente conta do Poder".

Na França, a imprensa reacionária explora ainda mais o papão comunista, mutilando e deturpando o noticiário com um impudor total. A revista "Le Point" dá o tom, dedicando a sua capa ao 28 de Setembro. O título diz tudo: "Portugal: o golpe comunista". O diário "L'Aurore" — arquivo de entrevistas com Salazar e defensor perpétuo da "Argélia Francesa" — transforma a renúncia do general Spínola em epopéia de um herói que "preferiu a liberdade à ilusão de Poder na prisão dourada do Palácio Belém". O jornal que apoiava os terroristas da OAS fulmina os comunistas com a sua ira, alude ao "filigrante e mortal tornado da guerra civil".

Nenhum desses respeitáveis órgãos de Imprensa condena a manifestação da "maioria silenciosa", nenhum deles se mostra interessado pelos pormenores da conspiração contra-revolucionária que visava destruir a democracia. Para todos eles o perigo da guerra civil vem da mobilização popular que, na realidade, foi um dos fatores decisivos que impediram o banho de sangue desejado pelos fascistas.

A técnica varia, mas o fim é o mesmo: apresentar Portugal como um país caótico e ingovernável. Para toda essa Imprensa subitamente "democrática", só existe uma saída viável: uma ditadura "salvadora". "Agindo lance por lance — escreve "Le Figaro", de Paris — António de Spínola vira, durante as últimas semanas, o seu prestígio e a sua autoridade atingidos pelos turbulentos oficiais do Movimento das Forças Armadas". Investem situações, forjam notícias para atingir um objetivo transformado em obsessão: dividir as Forças Armadas, separá-las do povo, abalar o prestígio internacional de que a MFA goza hoje.

Na América, como era inevitável, a campanha é ainda mais histórica. Jornais que gostam de exibir uma fachada de decência; como o "Washington Post", nivelam-se na baixeza dos boatos e interpretações aos folhetos da CIA, como o "US News & World Report", ou aos órgãos do capitalismo monopolista, como o "Business Week".

A rede está montada. Como aconteceu contra o Chile. Mas os fatos demonstram que as cassandras estrangeiras da contra-revolução tomam os seus desejos por realidades. Os cravos de Abril não murcharam como desejariam. Continuam em flor neste Outono luminoso, nas bocas dos fuzis e no coração do povo. Floresceram nas barragens, na jornada de trabalho voluntário, nos grandes comícios e manifestações populares, nas lapelas dos oficiais do MFA.

Mas o frenesi antiportuguês e antidemocrático da Imprensa estrangeira reacionária não deve ser subestimado. O fascismo sofreu outra derrotada no País, mas conta com poderosos apoios externos para voltar à carga e articular novas conspirações. A campanha de ódio e calúnias de certos órgãos da grande Imprensa internacional vale por uma advertência. O reforço da unidade, a vigilância popular, a solidez da aliança entre as massas e o MFA são absolutamente indispensáveis ao avanço do processo de democratização.

Oferecida amizade e cooperação a Portugal

Os progressos dramáticos na situação da África Austral, produzidos pela mudança de governo em Portugal, deveriam ter o apoio e a simpatia da comunidade mundial — afirmou o general Mohamed Barre, presidente da O.U.A., num discurso proferido nas Nações Unidas.

O general Barre, que é também presidente do Conselho Revolucionário da República Democrática da Somália, sublinhou que "as forças miseráveis do colonialismo e do racismo continuam a constituir os problemas mais prementes com que deparamos — Organização da Unidade Africana e as Nações Unidas", mas as realizações do novo regime português "abriram caminho a um vasto progresso, a ser conduzido no sentido do preenchimento dos objetivos perenes da organização mundial, na procura da paz, da justiça e da liberdade".

"Os chefes do novo regime português devem ser felicitados por terem compreendido a futilidade da guerra colonial" — afirmou, ainda, Siad Barre — "Ao reconhecer a soberania da Guiné-Bissau, ao conceder a independência completa e pacífica a Moçambique, em Junho de 1975, e ao comprometer-se a conceder, dentro em breve, a independência a Angola, S. Tomé e Cabo Verde, o Governo Português demonstrou a sua visão política e a sua sabedoria. É uma questão de grande orgulho para a África — e para a Organização das Nações Unidas, que muito tem feito para promover a causa da liberdade e da justiça — que a Guiné-Bissau se encontra, hoje, entre nós, como Estado soberano. Na realidade, Portugal entregou o que já tinha perdido, mas isso não diminuiu o seu crédito por ter evitado mais derramamento de sangue".

O dirigente da Somália salientou, a seguir, que "embora a África vá permutar a boa vontade do novo regime português pelo termo de décadas de isolamento diplomático e por séculos de ressentimento africano contra aquele país, por ora observamos, ansiosamente e com a maior vigilância, a marcha do progresso no sentido da independência para todas as colónias portuguesas em África".

Barre declarou que o "grau de apreciação por Portugal dependerá da maneira como esse país cumprirá as suas obrigações e compromissos solenes, ao aplicar a sua política de independência para os restantes territórios africanos sob o seu "contrôle", nomeadamente Angola, as ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe" e acrescentou estar advertido da existência de forças reacionárias que poderão tentar obstruir e sabotar o processo de emancipação dos povos africanos.

"Além do mais — assinalou — durante o período crucial subsequente à sua independência, os novos estados africanos, ao emergirem do domínio colonial, exigirão assistência material técnica e militar para consolidarem a sua independência arduamente conquistada e promoverem o seu próprio desenvolvimento económico e a construção nacional".

Noutro passo do seu discurso, distribuído à Imprensa pelos Serviços de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Siad Barre afirmou que "a África está pronta a oferecer amizade e cooperação a Portugal e ao seu povo".

"Não é de natureza dos africanos serem vingativos", disse, ainda, o dirigente da Somália, acrescentando que os portugueses virão a ter uma paz maior, na África libertada, do que a que tiveram na África sob dominação portuguesa".

A lúcida visão dos problemas e a acuidade particular do momento ainda crítico que atravessamos, levaram-nos a procurar o velho companheiro e a dirigir-lhe várias perguntas, de ordem necessariamente política e também relacionadas com a sua vivência prisional e sua concepção da libertação total dos homens.

Els como decorreu o nosso diálogo:

— José Magro, meu amigo, como é possível viver-se vinte anos de prisão?

— Urbano, tu que aprendeste a observar as pessoas, bem sabes que as fronteiras das possibilidades humanas são bastante mais amplas do que aparentam. De resto, tais possibilidades, num processo de desenvolvimento normal, tendem a alargar-se dia a dia. Num processo assim, aquilo que ainda ontem não seria viável, realiza-se hoje sem dificuldades de maior. E vai-se sempre mais longe na superação sucessiva dos obstáculos. É a "lógica da luta". A consciência, dia a dia robustecida, potencializa as possibilidades.

Quando fui preso pela primeira vez, não estaria decerto preparado para aguentar os quase vinte e um anos que me couberam. Mas estava-o já mais tarde, ao fim de dez ou quinze, com tudo o que armazenei e compreendi entretanto... Não se trata de "endurecimento", como habitualmente se julga. Ao contrário! De ano para ano me sentia mais sensível aos sofrimentos dos outros condicionalismo e da sua dialética, foi-me permitindo ir superando cada e até aos meus. Mas a crescente compreensão da realidade, do seu uma das dificuldades que surgiam.

E cá estou, Urbano amigo, na disposição de continuar até ao fim a tarefa a que dediquei a vida.

— Como analisas a atitude dos grandes agrários perante as justas, e até compreensivas, ou moderadas, reivindicações dos trabalhadores rurais, particularmente no Alentejo?

— Os grandes agrários constituem, sem dúvida, a classe mais retrógrada e reacionária da sociedade atual. Daí que reajam mais rápida e violentamente a quaisquer reivindicações dos trabalhadores, por modestas que sejam. Para eles, não se trata só da resistência em ceder uma pequena parte dos lucros extraordinários que usufruem, ou das posições de privilégio que ocupam. Trata-se ainda de pretenderem manter a antiga áurea de onipotência e de intangibilidade, o que os torna especialmente sensíveis a qualquer recuo e mais maquiavélicos nas manobras que tecem.

— Como encaras as delongas nas negociações com os movimentos independentistas africanos, tendentes a assegurar as colónias o seu direito à independência?

— Tais delongas não são de surpreender excessivamente, pois trata-se, sem dúvida, do problema mais delicado e difícil dos que temos de enfrentar na complexa situação política do País. Aliás, a abertura das negociações com o Estado da Guiné-Bissau e com a Frelimo representa já um importante passo em frente na via da solução desejada.

Por outro lado, creio que o evidente retrocesso dessas negociações, verificado nas últimas semanas do anterior Ministério, com a sua interrupção temporária, virá a ser superado pelo que o substituirá nos próximos dias. De fato, julgo que no processo da crise governativa não deixaria de ter um papel de relevo a necessidade de acelerar a chamada "descolonização" até ao ponto indispensável: o reconhecimento inequívoco do direito à autodeterminação e à independência dos povos colónias.

— Como vês em Portugal as manobras de sabotagem da direita, tão patentes nestes últimos dias?

— Penso que tais manobras são inevitáveis no clima da aguda oposição, entre os vários setores da sociedade em que vivemos e que tenderão até a intensificar-se. Na verdade, o que sucede em Portugal significa uma verdadeira revolução de caráter democrático. Se bem que muito limitada ainda no conteúdo económico, ela tende a uma séria deslocação da base social do poder político e do Estado. Claro que a camada social dos monopolistas e dos latifundiários, que detinha em exclusivo tal poder, não deixará de reagir fortemente à nova situação. Aliás, começou a fazê-lo logo, a partir da desagradável surpresa do 25 de Abril. A importante vitória da semana passada obtida pela contra-ofensiva da corrente democrática e progressista que o Movimento das Forças Armadas representa no plano militar, enfraquece a reação mas não deixará de exasperá-la ainda mais.

Realmente poderíamos talvez apontar nestes curtos dois meses e meio, já nada menos de três ataques da sua parte. O primeiro, por fins de Maio, com a tentativa fracassada de atrair a classe operária a uma onda generalizada de greves, de que resultaria o caos económico, o descontentamento e a desorientação por parte dos setores mais oscilantes da população e o seu ulterior aproveitamento pelas forças reacionárias. A segunda, traduzida na crise política desencadeada pelo ex-presidente do Conselho Palma Carlos nos seus esforços para uma forte guinada à direita. Ela fracassou também, como já vimos, ante a vigilante e vigorosa reação do Movimento das Forças Armadas. A terceira, longe de plenamente desenvolvida neste momento, expressa-se nos intentos de levar a efeito, de uma forma programada, o desemprego maciço na construção civil e nos mais importantes setores industriais. É um fato que, consumado, os efeitos nocivos não seriam menores do que aqueles que resultariam da passada ofensiva de Maio. Creio no entanto que uma vez mais a reação se engana. A maturidade política e a combatividade dos trabalhadores rechaçarão — e estão já a rechaçar — as tentativas de desemprego, com a recusa pura e simples em aceitar o despedimento. Confio, além disso, que a atitude do futuro Ministério será, de certo, mais firme no combate a esta clara sabotagem económico-social, manifestamente dirigida contra a ordem democrática em vias de estabelecimento.

Não é de descartar, por último, que, como já apontei, gorados os planos atuais, a reação venha a cair em golpes de puro desespero. Não a aconselhamos, no entanto, a tais desabafos. A franca benignidade com que tem sido tratada transformar-se-ia, provavelmente, nas atuais circunstâncias, numa resposta menos suave...

— Que importância atribuis à unidade das forças democráticas e progressistas entre si e ao apoio que devem dar ao Movimento das Forças Armadas?

— A unidade das forças populares, democráticas e progressistas, a par da Aliança destas com o Movimento das Forças Armadas continua a ser a condição estratégica fundamental do êxito da Democracia. Daí, como consequência lógica, embora não indispensável, a participação dos Partidos de tendência democrática na coligação política representada no Governo Provisório. Mas não só no plano governativo a Unidade deve ter expressão. Ela pode e deve traduzir-se em muitas outras formas de ação comum.



Liberdade,
onde
estás?
quem
te
demora?

Setúbal festejou o 209.º aniversário de Manuel Maria Barbosa du Bocage, seu ilustre filho, com a inauguração da Casa de Bocage e uma conferência do dramaturgo Romeu Correia, da qual transcrevemos os seguintes trechos:

Decorria o ano de 1797. A vigilância de Pina Manique apertava cada vez mais o cerco, à medida que as idéias da Revolução Francesa alastravam pela Europa decrépita. Os esbirros e os bufos enxameavam por todos os lugares. Os livros que chegavam do estrangeiro eram passados a pente fino. Mil cuidados com os emigrantes e a tripulação de navios franceses. Foi neste novo meio que Bocage se achou de um dia para o outro envolvido. Os amigos que o conheceram de perto, como o poeta Francisco Bingre, definiram-no assim: Foi honrado, verdadeiro, liberal, muito amante da sua liberdade e fidalgo inimigo da escravidão.

Não era preciso tanto para ser esmagado sob uma avalanche de iniquidades, nessa nova sociedade, em que a espionagem policial e inquisitorial eram os sustentáculos da ordem pública; em que a bajulação tornava a mentira um sistema de segurança e bem-estar pessoal; em que a liberdade em todas as suas manifestações era abafada como um perigo para a irresponsabilidade das instituições anacrónicas.

A 10 de Agosto de 1797 a polícia assaltou a casa de um ilhéu, André da Ponte de Quental e Câmara, cadete da Armada (avô do celebrado poeta Antero de Quental), acusado de dar guarida ao agitador Bocage; mas só cadete como refém. O juiz do encontro papelada e levou o Crime do Bairro do Andaluz fora notificado da parte de Pina Manique para proceder a uma devassa à vida do poeta. — "que é desordenado nos costumes, não conhece as obrigações da Religião que tem a fortuna de pro-

fessar e há muitos anos não satisfaz aos Sacramentos a que obriga o preceito de todos os anos buscar os sacramentos da Penitência e Eucaristia à Freguesia onde vive".

De casa em casa, iludindo toda a sorte de vigilância, o poeta acabou por ser descoberto a bordo do corveta Aviso, que apearlhava para a Baía, e meteram-no no Limoeiro. Bocage por estes dias de infortúnio louva a coragem de André da Ponte por não ter renegado a sua amizade quando foi ao interrogatório do juiz, e exalta a dedicação de António José Álvares, que lhe acudiu com o preciso, enquanto esteve na masmorra. Bocage bem sabia de quanto era capaz o Intendente, e o menos que o esperava era o degredo das Pedras Negras, então reservado aos que seguiam as idéias francesas.

Manuel Maria Barbosa du Bocage expirou às dez horas e um quarto da manhã de 21 de Dezembro de 1805, na Travessa de André Valente, n.º 11, 3.º andar.

Foi um grande e genial poeta que uma sociedade em plena transformação toíhe e disvirtua Bocage, dando o golpe de misericórdia no arcadismo, anuncia a chegada do romantismo. Ele é ainda o poeta que, vivendo por vezes no dependência de fidalgos e morgados, busca ao mesmo tempo a subsistência no público editorial e o enquadramento burguês do escritor. Com Bocage (através dos motes glosados nos outeiros e na boémia dos botequins, sem rival entre os seus pares) a Poesia desce dos salões à rua. O povo decora-lhe o nome e os versos, abrindo-lhes as portas da lenda, no que a sua obra tem de menos significativo. Pois é no lirismo dos sonetos, que o poeta atinge a perfeição genial de Camões.

Mas o seu nome humilhado e oprimido ressoará sempre através dos tempos como um grito de protesto.

declamadora Carmen
declamou poemas de Bo
ilustrando com os seus
a conferência de Romeu
que se enquadrou nas co
srações da cidade de Setú
Poeta e Cidadão Manuel
Barbosa do Bocage. Se
um dos seus poemas:

onde estás? Quem te
[demora?
faz que teu influxo em
[nós não caia?
que (triste de mim) porque
[não raia
a esfera de Lísia a tua
[aurora?

esta redenção é vinda a hora
da parte do mundo, que
[desmaia.
Venha... Oh! Venha, e
[trémula descaia

estismo feroz, que nos
[devora!

acode ao mortal que, frio
[e mudo,

o pátrio amor, torce a
[vontade,

a fingir, por temor,
[empenha estudo.

em nossos grilhões tua
[piedade;

os númen tu és, e glória e
[tudo,

o gênio e prazer, oh
[Liberdade!

O 5 de Outubro no Rio de Janeiro

Na próxima edição de "Portugal Democrático" publicaremos parte do discurso que o jornalista Paulo de Castro pronunciou durante o banquete de comemoração da implantação da República em Portugal, levado a efeito no Rio de Janeiro pelos democratas daquela cidade.

Além de Paulo de Castro, falaram ainda outros oradores, entre os quais o Ministro brasileiro Hermes Lima que, na ocasião, enviou através da TV e da Rádio portuguesas uma vibrante mensagem ao povo de Portugal.

Para onde ia o dinheiro do povo

Do jornal DIÁRIO DE LISBOA, extraímos um artigo intitulado "Como se comia no fascismo", que reproduzimos na íntegra:

Durante os últimos 13 anos, a Câmara Municipal de Ovar gastou cerca de oitocentos contos (240 mil cruzeiros) em despesas denominadas de "representação municipal e recepções". Recepções em que Américo Tomás e sua comitiva" comeram a parte do lobo, como é uso dizer-se na gíria.

Só em pão-de-ló e outras doçarias, gastou aquela Câmara 62 contos 18.600 cruzeiros); para almoços, copos d'água e outras jantadas, eclipsaram-se 123 contos (36.900 cruzeiros), incluindo um almoço oferecido quando da visita do ex-presidente Tomás e do almirante Tenreiro, que custou a módica quantia de 72.930 escudos (21.900 cruzeiros); aparecem ainda 7 contos (2.100 cru-

zeiros) canalizados para a compra de uma edição especial das "Pupilas do Senhor Reitor", oferecida a Américo Tomás numa de suas múltiplas passeatas àquela vila. E foram os gastos escandalosos com as flores, as iluminações, as concentrações de legionários e outros que tais, sempre que o "venerando Chefe dos Estados" resolvia tomar ares por aquelas paragens.

Ora, se Ovar gastou oitocentos contos, quanto não teriam gasto todos os Ovares neste país em que Sua Excelência deambulou durante o longo período do seu reinado. Fazer este levantamento, seria sem dúvida uma forma correta de esclarecer o País sobre o rumo dos "dinheiros públicos" na era fascista.

Costa Gomes com Gerald Ford

O matutino lisboeta "Diário de Notícias", na sua secção "Sol a sol", previa que a questão da base norte-americana das Lajes, nos Açores, figuraria entre os assuntos a tratar nas eventuais conversações Ford-Costa Gomes. Sallentando que, até agora, "Portugal cedia facilidades em troca de coisa nenhuma, mercadejando com a promessa americana de um apoio político nas assembleias internacionais", o "Diário de Notícias" afirma que, desta vez, a prorrogação do acordo sobre a base das Lajes terá de ser feita "negociando o preço do alugel". E observa:

"Precisamos de equipamento, precisamos de consultores ou instrutores técnicos, precisamos de instalar novas condições de trabalho e de vida (escolas, casas, hospitais, fábricas, alimentos), o que não se faz de repente sem se dispor de dinheiro. Sem sofismas de linguagem é isto. Em que medida é que os Estados Unidos

quando Portugal está a acudir às suas? É precisamente o que se chama negociar, fazer um negócio que interessa às duas partes. Não há que escamotear as palavras que correspondem à situação. Estamos na posição forte."

Portugal e União Soviética

O embaixador da União Soviética em Lisboa, Arnold Kálnin, declarou recentemente ao vespertino DIÁRIO POPULAR, que "o conhecimento prático da experiência da União Soviética e a colaboração com ela poderão ser benéficos para o povo português e, por outro lado, também muito beneficiará a URSS com o desenvolvimento das relações entre os dois países". O embaixador refere-se ainda às possibilidades de cooperação entre os dois países nos setores económico, cultural, técnico-científico, desportivo e médico. Também vem sendo examinado pelas autoridades um acordo comercial, a longo prazo, entre os dois países.

Embaixador em Moscou

O Primeiro embaixador português em Moscou, após o restabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, é o Dr. Mário Neves, advogado e jornalista, e ativo impulsionador das Feiras das Indústrias. Antigo redator do O SÉCULO e diretor-adjunto do DIÁRIO DE LISBOA e de A CAPITAL, o Dr. Mário Neves goza do maior prestígio nos meios económicos e políticos internacionais. Na qualidade de dirigente da União das Feiras Internacionais, participou em numerosas missões aos países socialistas.

Governo incentiva construção de casas populares

O Governo vai apoiar a iniciativa organizada dos habitantes dos "quartos de lata" (favelas) e outras aglomerações mal alojadas, com vista à transformação dos próprios aglomerados. Entretanto, será regulamentada a constituição de cooperativas não lucrativas e foi assegurada a habitação para o arranque das primeiras operações, cujo projeto deverá ficar concluído até 15 de Setembro.

Esta intervenção do Estado para o combate à crise habitacional foi feita de um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, general-coronel Costa Brás, e do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, arquiteto Nuno Portas, dirigido a todas as câmaras municipais, ao Montepio lisboeta em especial, à Empresa Pública de Urbanização de Lisboa e ao Gabinete Técnico e ao Fundo de Fomento da Habitação.

1. Em face das graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações, aliadas às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo — na medida em que os programas supõem terrenos preparados, projetos e preparação de recursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado — as autarquias locais — está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado, designado por "Serviço de Apoio Ambulatório Local" — SAAL — para atuar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal-alojadas no sentido de colaborar na transformação dos próprios quarteirões, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, montados.

A necessária base legal e financeira destas operações é simultaneamente assegurada por dois decretos em curso de promulgação — o pri-

meiro sobre a constituição de cooperativas habitacionais não lucrativas e o segundo sobre as modalidades de financiamento e apoio técnico à iniciativa organizada dos moradores — tendo entretanto sido prevista no orçamento extraordinário do Fundo dotação para o arranque das primeiras operações.

2. Como princípio geral, devem os trabalhos de infraestrutura viária e sanitária — que constituem a base essencial das operações — serem custeados pela autarquia local assim como a disponibilidade dos terrenos para a Urbanização (a ceder em princípio sob a forma superficiária), sem prejuízo da obtenção de comparticipação estatal, nestes casos com prioridade justificada.

3. Partindo está iniciativa dos moradores — que para a sua gestão se organizem em associações ou cooperativas — as Câmaras Municipais deverão ter fundamentalmente um papel de controle urbanístico da localização e cedência de solo e de interlocutores diretos da organização dos interessados, designadamente na arbitragem das prioridades em face dos recursos disponíveis — aliás sempre insuficientes — e na garantia dos empréstimos previstos na legislação.

4. Reconhecendo-se no entanto, na generalidade dos concelhos, a insuficiência dos serviços técnicos camarários, o Fundo de Fomento da Habitação, através do SAAL, estabelecerá os acordos necessários com as câmaras que o solicitarem para o fornecimento dos projetistas, monitores e fiscais técnicos exigidos pelas operações. No caso da Câmara Municipal de Lisboa, na sequência de acordo com o Presidente, esta função será exercida pelo Gabinete Técnico da Habitação na área de intervenção de Chelas e pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa na área restante da Cidade, mantendo o Fun-

do de Fomento da Habitação apenas a função financiadora que lhe cabe para a generalidade do território, segundo dotações a estabelecer para cada caso selecionado.

5. Na fase experimental, que se verificará imediatamente, será conveniente uma troca regular de informação sobre os critérios técnicos e de gestão que deverá ser assegurada pelos responsáveis do SAAL os quais deverão ainda proceder à avaliação política, técnica e económica deste tipo de experiência.

Quando tal se justificar proporá este grupo de trabalho aos serviços do Fundo de Fomento da Habitação o lançamento de empreitadas de fornecimento de componentes ou materiais a ceder em condições mais favoráveis aos moradores-promotores das operações.

6. A assistência técnica do SAAL, assim como dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa que a assegurarem, deverá compreender nomeadamente os aspectos seguintes:

a) Ação fundiária: aquisição e cedência de solo necessário, após exame das aptidões locais;

b) Ação de projeto: traçado urbanístico e de loteamento, projeto de infraestruturas, fornecimento de esquemas-tipo para habitações; projeto de componentes normalizados;

c) Ação de assistência nas operações de construção; organização de estaleiro; mudanças de casas ou barracas para dar lugar à nova construção; eventual preparação de empreitadas e sua fiscalização; treino das brigadas de trabalho locais, voluntários ou de voluntariado e programação das tarefas no período previsto e aceite pelos moradores;

d) Ação de assistência na gestão social: organização e preparação de estatutos das cooperativas; montagem do sistema de contabilidade, recurso ao crédito e repartição de

responsabilidades entre os sócios; ações culturais e políticas com colaboração eventual de movimentos políticos, sociedades recreativas, etc., mas sempre organizada pela população.

Esta assistência será fornecida a título gratuito por funcionários do Fundo de Fomento da Habitação ou equipes técnicas especialmente contratadas em regime de tarefa ou avença.

7. A insuficiência dos recursos até final de 1974 e, por outro lado, a falta de experiência dos serviços em operações deste tipo, aconselha a que o SAAL seja prudente na seleção das iniciativas nesta primeira fase, particularmente quanto à avaliação da viabilidade urbanística da consolidação-reconstrução dos bairros. Recorde-se que a principal justificação desta política está na apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nele radicadas sob forma marginal. Assim, nos casos em que a reconstrução no próprio local seja desaconselhável pelas características do terreno, acessos ou outras razões, deve antes proceder-se, pelas Câmaras Municipais, à preparação de solo convenientemente localizado — por troca, cedência, expropriação ou aquisição — para que as operações de reconstrução por iniciativa dos próprios possam ser efetivadas pelas verbas de 1975, a inscrever oportunamente.

8. Até 15 de Setembro próximo deverão estar feitos os contactos necessários entre os agentes do SAAL, as Câmaras Municipais e os representantes das populações interessadas para o estabelecimento da lista de operações a que foi dada prioridade e do respectivo programa — calendário de investimentos, a fim de se proceder aos respectivos contactos de assistência.

Da Rev. Portugal Hoje

legou-nos pesadas heranças. Uma das mais graves e que patenteiam bem a miséria a que o antigo regime de triste memória submeteu o povo português, consiste nas condições habitacionais de largas camadas populacionais. Só na região de Lisboa vivem 90 mil pessoas em barracas, já para não falarmos nos terríveis bairros "sociais-modelo" criados pelo ditador Salazar de que o miserável bairro de Leão das Furnas é exemplo.

Conscientes das grandes dificuldades que se levantam na tarefa de reconstrução do país a todos os níveis, os trabalhadores portugueses sabem que "não é possível refazer em 48 dias o que o fascismo destruiu em 48 anos".

No entanto, fazem ouvir a sua denúncia, vozes de protesto agora salutarmente erguidas. Estas vozes são acusações do povo ao regime opressor que o submeteu. São também vozes de urgência. E também ainda vozes de confiança. Porque, embora as anomalias não possam ser apagadas ao ritmo das nossas necessidades, sabemos que estão abertas as vias de resolução dos problemas que nos afetam.

E as vozes que se levantam trazem notícia do tempo novo em que já ninguém ousa calar-nos.

A comissão formada pelos moradores do Bairro de Santa Maria, vem por meio deste manifesto levar ao conhecimento do Movimento das Forças Armadas, os fatos mais prementes existentes no nosso Bairro.

1.º — Existem neste Bairro cerca de 40 barracas sem esgotos ou outras condições sanitárias, onde vivem famílias, com cerca de 12 pessoas, dentro de duas divisões e cozinha, tudo com um espaço de 30 metros quadrados. Por aqui se pode aperceber da promiscuidade que existe dentro dessas barracas, onde para poder fazer as suas necessidades fisiológicas, o morador tem que se deslocar ao campo, em tempo de chuva, ou tem que utilizar o balde, como acontece amiúde, e despejar os detritos numas valas que existem dentro do próprio Bairro, que inclusive passam pelo meio do jardim, acontecendo até casos de cólera. Exigimos o desmantelamento dessas barracas o mais breve possível.

2.º — As ruas do Bairro são um autêntico lamaçal em dias de Inverno, chegando os moradores do Bairro a atascarem-se em lama até aos artelhos, estado que se mantém há mais de 20 anos, apesar de várias promessas da Câmara de Loures e do presidente da União de Freguesias do concelho de Lisboa, de que o problema seria resolvido. Exigimos ruas alcatroadas.

3.º — Acontece presentemente que as crianças para frequentarem a escola que existe fora do Bairro, têm que atravessar a estrada que liga a Paiã a Odiveiras, acontecendo ali frequentes acidentes, alguns até mortais. Exigimos a construção de uma Escola dentro do Bairro.

A pesada herança do "Estado Social Fascista"



Nestas fotos a imagem da política habitacional do governo deposto



4.º — Existem dentro do Bairro, capitalistas com prédios e andares alugados, usufruindo desse rendimento e habitando casas económicas, tirando aos mais necessitados as casas a que têm direito. Exigimos um inquérito imediato às possibilidades económicas de todos os moradores do nosso Bairro, lembrando principalmente a situação das pessoas idosas.

5.º — Chama-se também a atenção para o fato de existir blocos residenciais que há bastantes anos não têm quaisquer obras, havendo inclusive casas completamente esburacadas e cujas paredes estão impregnadas de imundícies. Exigimos reparação das casas.

6.º — A eletrificação do Bairro é bastante deficiente ha-

vendo zonas que estão permanentemente às escuras, as quais são aproveitadas por determinados elementos da população para praticarem jogos ilícitos, onde ganham e perdem as suas férias, que deveriam entregar em casa. Exigimos a eletrificação total do Bairro.

7.º — Num aglomerado numeroso como é o nosso Bairro, não existe um posto clínico adequado e o transporte de feridos é feito numa carrinha. Exigimos completa remodelação do Posto, de forma a servir as reais necessidades da população e que o transporte dos feridos seja feito numa ambulância.

8.º — Existe no Bairro uma cantina que até aqui só tem servido para servir almoços a funcionários superiores da União e

mais necessitadas, servem-lhes somente sopa e pão.

O caso ainda mais flagrante é de haver vários trabalhadores rurais contratados pela União para limpeza do Bairro na sua maioria velhos e inválidos com um ordenado que não ultrapassa os 80\$000 diários (24 cruzeiros), não lhes sendo facultado almoço por intermédio da cantina existente, havendo aqui uma grande discriminação. Exigimos uma cantina ao serviço destes trabalhadores.

9.º — Há ainda no Bairro pretensa creche onde alguns moradores do Bairro deixam os seus filhos, das 9 horas da manhã às 5 da tarde, para poderem ir trabalhar. Acontece que as crianças que vão para a creche são uma minoria, mantendo-se a maioria desagregada da sociedade, brincando rotas, descalças e umas no meio da imundície completamente abandonadas nas ruas do Bairro. Exigimos uma creche que sirva as verdadeiras necessidades da população.

10.º — Existe no Bairro o Serviço de Assistência Social, que não serve os moradores condignamente, tendo-se até gerado um ódio da população contra as Assistentes Sociais, devido à maneira como se processa a atribuição de casas e subsídios de sobrevivência, dando-os a pessoas que não eram as mais necessitadas. Exigimos a completa remodelação nos métodos de atuação desta instituição.

11.º — Outro caso a frisar é que na atribuição de casas do Bairro processa-se de uma maneira que não está de acordo com o próprio Regulamento dos Bairros de Habitação U.F.C.L., emanado da respectiva União para os moradores do Bairro. Até aqui as casas eram concedidas por meio de recomendações, designadamente por intermédio do Governador Civil de Lisboa, deposto dr. Afonso Marchueta e seu filho, e pelo conselheiro Albino dos Reis, desprezando os prementes pedidos da população do Bairro que vivem em desumanas condições, como atrás se diz. Entre outros, o próprio presidente da U.F.C.L. tem dito a vários moradores que ignorava a existência de tais pedidos da população. Exigimos a criação de uma comissão dos habitantes do Bairro que analise os casos dos pedidos de habitação, e com imparcialidade e justiça atenda os mais necessitados.

12.º — Quando das inundações que afetaram dezenas de famílias que ficaram sem alojamento, foi criado a título provisório o Bairro das casas desmontáveis, para dar guarida a essas famílias. Acontece que passados seis anos, o problema persiste, vivendo ainda nas ditas barracas, a maioria das quais estão esburacadas, e por baixo do sobrado existe um verdadeiro exército de ratazanas, que por vezes nem deixam dormir os moradores das referidas barracas.

A Comissão dos Moradores do Bairro de Santa Maria

Ensino da medicina deve servir o povo

Participantes numa mesa-redonda sobre a educação dos médicos, disseram, recentemente, que não basta transformar o ensino de medicina para que esta se coloque ao serviço do povo, mas que será, antes, necessário transformar a própria sociedade.

Neste momento, numa sociedade socialista, o médico é o homem que tem a chave de parafusos na mão para os trabalhadores a funcionar", afirmou Vitor Gil, aluno do 3.º ano de medicina, após uma breve análise do ensino do médico no modo de produção das sociedades ocidentais.

Os participantes na mesa-redonda foram Vitor Gil, Filipa Homem Crisóstomo, também estudante, o prof. Miller Guerra e o dr. Tito de Moraes — estiveram a sua concordância com a crise atual do ensino da medicina, quer no aspecto quantitativo, quer no qualitativo, quanto à necessidade de pô-lo ao serviço da população e, sobretudo, de o transformar. E neste último tema, em coincidências alguns pontos, assumiram duas posições, ou duas soluções, assumidas, nomeadamente, pelos médicos referidos.

As condições atuais — disse Vitor Gil — a "grande barreira" que se coloca ao estudante da realidade que se vive é um dos problemas "mais importantes". Com um ensino, sobretudo teórico, em que a prática se reduz a muito pouco ou mesmo a nada, a situação com o que se passa nos países, como a Grã-Bretanha, o estudante fica desligado da realidade e dos seus problemas concretos. Um médico não pode ser apenas um curandeiro de maleitas — aquele estudante, em referência à necessidade de relacionar o ensino da Medicina não só com a prevenção da doença como com outras áreas ligadas diretamente à vida da sociedade. Assim, acrescentou, o

problema da Medicina "terá que ser resolvido pela nossa tomada de posição revolucionária perante a sociedade que nos envolve".

"Crise pavorosa"

O prof. Miller Guerra, por seu turno, fazendo uma breve história do ensino da medicina, lembrou que este surgiu para satisfazer determinado tipo de necessidades:

"As Universidades são instituições burguesas que nasceram e se desenvolveram para satisfazer as necessidades da burguesia", afirmou, acrescentando que esta situação persistia, nos nossos dias, apesar do maior número de médicos formado pelas Universidades.

Afirmou, por outro lado, que se vive uma crise do ensino "pavorosa", porque a Faculdade (referia-se à de Lisboa, mas a situação é semelhante nas de Coimbra e Porto) se tornou "incomportável para ensinar um quinto ou um sexto dos alunos que lhe batem à porta", os quais serão preparados com "conhecimentos insuficientes para desempenharem o papel que lhes compete".

Aquele catedrático disse, ainda, que todo o ensino de Medicina era dirigido para o tratamento da doença e não para a promoção e prevenção da saúde. "Trata-se de uma visão unilateral da Medicina", disse. "E isto não sucede por acaso, porque ensinar só a cura da doença perturba a ordem social estabelecida".

O prof. Miller Guerra proporia, depois, que fossem tomadas três medidas convergentes e simultâneas para aumentar a eficácia do ensino: estender este a outras instituições que estejam em condições de o fazer (como determinados estabelecimentos hospitalares); fundar novas Faculda-

des de Medicina (e novas em todos os sentidos); e reduzir o número de matriculas até ao máximo de capacidade pedagógica das Faculdades.

Partir da periferia

O dr. Tito de Moraes, considerando que o ensino da Medicina estará sempre intimamente ligado à ideologia dominante da sociedade, disse que a criação de uma nova mentalidade no ensino fazia parte da criação de uma nova sociedade (e isto não apenas no referente ao ensino de Medicina) e que os estudantes não deveriam considerar-se como depositários de um conhecimento mas sim como transmissores desse conhecimento à comunidade e em íntimo contato com esta. Assim, disse, o ensino não deveria confinar-se a um "palácio isolado" mas deveria decorrer onde se passam os problemas.

O dr. Tito Moraes apresentaria, mais adiante, uma faceta diferente da do prof. Miller Guerra quanto à criação de novas Faculdades, defendendo que estas não deveriam localizar-se nos grandes centros urbanos, mas sim nos meios rurais — e fazer destas não Faculdades tradicionais, mas uma espécie de Centros de Saúde, onde se ministraria ensino, e simultaneamente, aplicação da ciência junto das populações e donde se partiria gradualmente (referia-se aos estudantes) para os grandes centros. A partir daí chegar-se-ia também a hospitais comunitários de especialidade que fariam da Universidade uma instituição dinâmica. Esta idéia seria de resto secundada por Vitor Gil e outros assistentes.

Por outro lado, Filipa Homem Cristo assumiu posições bastante semelhantes, criticando ainda o "abastardamento" do ensino da Medicina tal como se pratica atualmente no nosso País, com perfeito "desprezo pela saúde da população".

Questões como a criação de um serviço Nacional de Saúde, da relutância dos médicos em exercerem clínica fora dos grandes centros, a crítica da mentalidade do docente "tradicional", as resistências dos próprios médicos quanto à socialização da Medicina, a possibilidade do ensino por equipas, etc., foram, entre outros, alguns dos temas mais debatidos nesta mesa-redonda organizada pelo Partido Socialista.

Juntas de Freguesia de Vila Franca de Xira

Em sessão pública, realizada no largo junto à Câmara Municipal, tomaram posse os elementos que constituem as comissões administrativas das sete juntas de freguesia do concelho, assim presididas: Alhandra, José Manuel Câncio Macieira; Cachoeiras, José António Soares; Calhandriz, José dos Santos; Póvoa de Santa Iria, António Pedro Vasconcelos Cação; São João dos Montes, Beirão da Silva Peixe; Vialonga, José António da Silva Briso; e Vila Franca de Xira, Maria Eduarda Comporta Nobre.

No ato, a que assistiu grande número de munícipes, usaram da palavra o presidente da comissão administrativa da Câmara, Fernando Gomes Vaz; José António, da mesma comissão; e José Manuel Câncio Macieira, um dos empossados, que focaram o papel preponderante das juntas de freguesia na defesa dos interesses das populações e na luta por um Portugal completamente renovado e verdadeiramente democrático.

Instituto Politécnico da Covilhã

Foi nomeada pelo ministro da Educação e Cultura a comissão instaladora do Instituto Politécnico da Covilhã, constituída pelos dr. Duarte Almeida Cordeiro Simões, que presidirá, eng. José dos Santos Taborda, dra. Manuela Barata e dr. Mário Tavares. O secretário da comissão será posteriormente designado.

No Instituto Politécnico da Covilhã ministrarão-se cursos de contabilidade e administração e têxtil, centrando-se as suas atividades em torno desta indústria de tanto significado na vida da região.

Programa Pecuário dos Açores

Por despacho conjunto dos ministros das Finanças e Economia, foram nomeados para constituir a comissão executiva do Programa Pecuário dos Açores, o dr. José Leal Armas, intendente de Pecuária de Angra do Heroísmo, que presidirá; e os engs. Ilídio Botelho Gonçalves e Olavo Peixoto Cardoso de Simas, chefes das circunscrições florestais, respectivamente de Angra do Heroísmo e da Horta.

Concordata é uma afronta à sociedade moderna

A imposição da Concordata aos portugueses — e no dia 1 de Agosto, realizaram-se já 34 anos sobre a entrada em vigor — é um exemplo flagrante do cerceamento das liberdades individuais praticado pelo regime fascista" — escreve o eng. Artur de Oliveira Soares, presidente da comissão executiva do Movimento Pró-Divórcio e seu fundador em Fevereiro de 1965.

Sobre a Concordata e o cerceamento de liberdades que ela implica, o eng. Oliveira Soares considera ain-

da ofensa incomensurável se fez a quem se dirigia, e simultaneamente foi uma afronta à memória daqueles homens corajosos e sempre dignos da nossa maior honra e reconhecimento, os heróis da primeira República, que com o sacrifício perfeito do tempo em liberdade e da sociedade em que se integravam, criaram a Lei do Divórcio, para moralização dos costumes e não para desagregação da Família, como alguns pretenderam e hoje outros insinuam".

Começando por saudar a liberdade do país pelo Movimento das Forças Armadas, Oliveira Soares co-

nteve o Movimento das Forças Armadas, entre as suas primeiras decisões, conceder a liberdade aos políticos, heróis da resistência ao fascismo, o que foi recebido pelo povo como uma grande benesse. Entre as primeiras atitudes do governo Provisório, está a que deu

liberdade a grande parte dos presos de delito comum, o que igualmente encheu de júbilo a população.

E foi nos fins do mês de Julho que o general António de Spínola, Presidente da República, anunciou ao país, o reconhecimento do direito à independência das colónias portuguesas, libertando esses povos, subjulgados como nós.

Rebuscando na memória, parece não podermos encontrar, por maior que possa ser essa pesquisa, outro tipo de presos que não sejam aqueles que, não cometendo crime algum, foram condenados por toda a vida — os presos da Concordata.

Daquí apelamos, na certeza de traduzir o pensamento da maioria esmagadora do povo deste País, para que o Governo, em ato igualmente corajoso, nos liberte também dessa grilhetas que muitos de nós arrastam há dezenas de anos. Faça-se justiça. Por ela clamamos, por ser um direito elementar que nos assiste. E adiantaremos que o protelar-se por mais tempo a solução deste problema, em nada dignificará o Governo que nos rege".

A PERENIDADE DE UMA AFRONTA

Depois de ter referido que só um desconhecimento total da realidade conjugal e familiar pode ter levado à assinatura da Concordata, o eng. Oliveira Soares escreve:

"Não podemos admitir como seres humanos que somos, que o Governo Provisório não possa resolver

o magno problema em que nos debatemos há tantos anos.

Se para a libertação dos povos das colónias foi necessário criar uma lei, a Lei 7/74, modificando-se assim o texto do Programa do Movimento das Forças Armadas, que se crie também uma, de índole idêntica, a permitir, de igual forma, ao Governo, a denúncia dum tratado internacional e que, com a coragem suficiente mesmo unilateralmente, se acabe com essa execranda e anacrónica concordata, que trouxe a este martirizado povo, subjulgado pelo fascismo, a infelicidade de dezenas de milhares de indivíduos, que se viram obrigados a viver em concubinato, provocando imoralidade à face da lei, que motivos lógicos e honestos jamais podiam ter aconselhado que se tivesse estabelecido, dando assim dualidade de tratamento aos cidadãos portugueses, afrontando deste modo a Constituição Política deste País. A inconstitucionalidade desta lei está mais que provada".

E logo depois: "Onde estão os homens corajosos deste País, que sejam capazes de, moralizando os costumes e arrostando com todas as críticas malévolas dos reacionários, restituir o direito que canalhamente nos foi roubado em 1940?"

A efetivação de ato de tamanha justiça, dos que governam para os que são governados, chamarei eu, e julgo que com toda a propriedade, fraternidade humana".

Reafirmando que a luta por si

iniciada em Fevereiro de 1965 não terminará sem a solução cabal do problema, Oliveira Soares recorda um texto do nosso camarada Correia da Fonseca, publicado em "República", de 3 de Agosto, na seção TVer Contar, sob o título "Movimento Pró-Divórcio: Fome e Sede de Justiça":

"Por mais de uma vez me pareceu, parvamente, que a questão do divórcio havia sido prematuramente levantada neste País, onde é preciso encontrar muitas razões que nos unam e preterir muitos pontos que nos dividam.

"Em verdade, os que agora reclamam a libertação pelo divórcio são mesmo prisioneiros políticos: quem há por aí que negue ter sido a Concordata um ato profundamente político?"

"A entrevista com o dr. Afonso de Carvalho de todo me convenceu de que a luta pelo divórcio era indispensável e urgente. De que, em rigor, a urgência em libertar os prisioneiros do casamento canónico pós-concordatário se situa no mesmo plano da libertação dos presos políticos que o 25 de Abril restituiu à liberdade.

Em nome de que Cristianismo profundo se impõe uma disposição legal que provoca o sofrimento de inocentes, o reforço de preconceitos, a prática da crueldade, a sementeira de ódios? Como se invoca a bondade infinita para defender uma lei que é pecado de intolerância e circunstância multiplicadora de pecados?"

250 MIL PEREGRINOS ESTIVERAM NO SANTUÁRIO DE FATIMA

"Só no amor e não no ódio, só na compreensão e não na intolerância, só no respeito pelo legítimo pluralismo das ideias e pelas opções políticas que cada cidadão em sua consciência tomar, e não na hostilidade ou na imposição violenta dos nossos ideais, é que se encontra o caminho para uma vida melhor" — lembrou o Bispo de Coimbra, D. João Saraiva, na homilia que ontem proferiu em Fátima, ao encerrar-se mais uma peregrinação nacional àquele santuário, onde estiveram presentes perto de 250 mil pessoas, muitas das quais vindas do estrangeiro, nomeadamente da Alemanha, da Austria, da Inglaterra, da Irlanda, da Bélgica, da França, do Canadá e da Jugoslávia.

Desde a procissão das velas até à procissão do adeus todas as tradicionais cerimónias de Fátima decorreram com a habitual religiosidade. Todavia como em vários círculos políticos se tinha levantado a hipótese da peregrinação ser aproveitada para manifestações reacionárias, unidades militares do COPCON, ou Comando Operacional do Continente, tiveram a seu cargo a tarefa de revisar os veículos em trânsito nos caminhos de acesso ao santuário.

ESTATUA DE EGAS MONIZ

(ANI) — "Egas Moniz foi professor, cientista e político na nobre acepção da palavra. Combateu pelas liberdades fundamentais do nosso povo e pelo futuro digno de todos nós" — afirmou o prof. Vitorino Magalhães Godinho, Ministro da Educação e Cultura, ao inaugurar, diante da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a estátua que perpetua a memória do único Prémio Nobel português.

"Egas Moniz — disse ainda o Ministro — foi para nós um exemplo porque soube sacrificar-se, porque soube aliar a investigação ao ensino, que é criação de discípulos, que é aceitação da crítica, que é entender que os outros vão mais além".

Também em homenagem à memória de Egas Moniz, no primeiro centenário do seu nascimento, foi dado o nome do cientista ao antigo Hospital do Ultramar.

Fez igualmente parte das comemorações a inauguração de uma exposição evocativa da vida e da obra de Egas Moniz, patente na Fundação Calouste Gulbenkian.

ARLINDO VICENTE DIZ QUE ESTARÁ SEMPRE AO LADO DO POVO

O antigo candidato à Presidência da República, dr. Arlindo Vicente, declarou numa entrevista à imprensa:

"Estarei sempre ao lado do povo, na luta pela sua libertação e também na luta pelas liberdades da mulher, condição fundamental para estabelecer uma família válida que lute através de tudo pelo destino da sua própria existência. Sem mulheres preparadas para lutar não há civilização capaz".

Reportando-se à actual situação política portuguesa afirma o antigo candidato opositorista à Presidência da República:

"Ela é uma consequência directa e manifesta do corte de relações com o anterior sistema e nem sequer os pequenos estremecimentos a que temos assistido são excessivos, dada a distância que o salazarismo impôs às liberdades fundamentais e indispensáveis a uma civilização que temos de recuperar através de tudo. O que aconteceu foi a salvação das liberdades que haveremos de legar aos que vierem depois de nós e que a elas tem direitos que nos foram usurpados durante longos decénios".

Adversário, desde a juventude, do regime derrubado no "25 de abril" o dr. Arlindo Vicente conta 69 anos e, segundo confirmou, está agora a coligir material para escrever as suas memórias.

SECRETARIO DE COMERCIO...

(ANI) — Uma análise da presente conjuntura económico-social portuguesa começou a ser feita em reunião do Conselho de Ministros — anuncia uma nota distribuída aos órgãos da informação.

Presidido, como habitualmente, pelo Chefe do Governo Provisório, Brigadeiro Vasco Gonçalves, o Conselho ocupou-se também de diverso expediente, incluindo a nomeação de administradores por parte do Estado para diversas empresas, e autorizou a visitar a República Democrática Alemã e a Tchecoslováquia, no próximo mês de novembro, o Secretário de Estado do Comércio Externo, dr. José Vera Jardim, que recentemente se deslocou à Hungria, à Polónia e à Romênia, prosseguindo os contactos para desenvolvimento das relações económicas de Portugal com o leste europeu.

PARTIDO DO PROGRESSO DISPUNHA DE MATERIAL BÉLICO

O extinto Partido do Progresso, que anteriormente se havia denominado Movimento Federalista, dispunha de um orçamento de 1.210 contos para um período de seis meses — declarou um informador do COPCON (Comando Operacional do Continente) a jornalistas interessados em obter mais informações acerca daquele movimento político da direita, cujas instalações foram ocupadas por militares.

Esclareceu-se que o material apreendido na sede do Partido e que se julga destinado a luta de rua, consistia, essencialmente, em matracas, cacetes, correntes e capacetes do tipo usado nas obras de construção civil. Ignora-se, por enquanto, onde se localiza o numeroso material bélico mencionado numa lista que os militares encontraram durante a busca às instalações, entre o qual figuram 50 lança-granadas foguetes, 200 pistolas metralhadoras e alguns milhares de granadas, não se sabendo, mesmo se se trata de material adquirido ou a adquirir pelo Partido do Progresso.

Quanto aos dirigentes mais destacados daquele partido a imprensa menciona os nomes do prof. Fernando Pacheco Amorim e dos drs. José Vale de Figueiredo, Diogo Miranda, Vasco Montez, Guilherme Ramos e Luis de Sá Cunha.

Em conferência de imprensa realizada no Palácio Foz, o Director-Geral da Informação, Comandante Carlos Montez, salientou vários aspectos da crise política agora encerrada com a presença do General Costa Gomes na chefia do Estado, afirmando ter-se provado que não havia uma "maioria silenciosa" mas sim "uma minoria que queria fazer muito barulho e muito sangue".

PRESO NO FORTE DE CAXIAS...

(ANI) — Deu entrada na prisão de Caxias o jornalista Carlos Rodrigues Machado, antigo director do "Jornal do Comércio", sobre quem pendia um mandado de captura, por suspeita de estar ligado a actividades conspiratórias contra o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas.

GRUPO DE TOUREIROS PROTESTA CONTRA DIREÇÃO DO SINDICATO

Um grupo de toureiros ocupou ontem pacificamente as instalações do seu sindicato, em Lisboa, cuja direcção é por eles acusada de "reacionarismo".

De acordo com o comunicado que redigiram e que, além de enviado aos jornais, está a ser distribuído na rua, os ocupantes do sindicato entendem "não poder permitir que certos elementos, ligados à alta aristocracia, se digam representativos de uma classe cuja maioria é constituída por elementos vindos das camadas mais desprotegidas e exploradas do nosso povo".

No referido comunicado, além de se pedir a intervenção fiscalizadora do Governo e a eleição de uma comissão provisória para dirigir o sindicato, bem como a elaboração de novos estatutos, exige-se a suspensão imediata do cavaleiro taurinómico Jo-

sé João Zoilo, que atuou na corrida de touros realizada em 26 de setembro na Praça do Campo Pequeno, a qual, ao dar ensejo a manifestações de aplauso ao Presidente Spínola e hostis ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, marcou o início da crise política que teve o seu epílogo com a renúncia de Spínola à chefia do Estado.

EPIDEMIA EM REGRESSÃO

Dos 15 casos de cólera registados em Portugal na primeira semana do mês de outubro resultou, apenas, um óbito — informa a Direcção-Geral da Saúde. Aqueles serviços salientam que a epidemia está em franca regressão, sendo de 71,7 a percentagem em que se reduziram, relativamente à semana anterior, os casos confirmados de cólera.

RESENHA DE LIVROS

"Moçambique pelo seu povo" é o título do livro em que José Capela reuniu cartas dirigidas pelos leitores ao jornal "Voz Africana".

São documentos palpantes emanando de seres humanos simples, que levam ao papel, de maneira espontânea e sem nenhuma espécie de literatura, o cotidiano dramático que enfrentam. Vítimas de injustiças, opressões e arbitrariedades, rompem de repente um mutismo que durou séculos e levantam a voz, ignorando que as vivências e os acontecimentos comunicados, pelo seu poder denunciador, põem em movimento um processo irreversível. As cartas foram redigidas na década de 60 e a segunda edição de "Moçambique pelo seu povo" deve-se a Afrontamento/Porto e saiu do prelo em maio do corrente ano.

Quem viveu em África, — não com a mentalidade do turista que acha curiosas e pitorescas as civilizações, culturas e raças que lhe são alheias, mas com os olhos lúcidos de quem não aceita análises de superfície, — conhece o vasto inventário das violências cometidas, a começar pelas fronteiras administrativas dos colonizadores que cortaram as etnias e destruíram as estruturas.

Ajusta-se muito bem à primeira página de "Moçambique pelo seu povo" a passagem transcrita do "Sermão do bom ladrão", do Padre António Vieira, carapuça enfiada até às orelhas do imperialismo desenfreado: — "Os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título, são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos: os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor nem perigo: os outros, se furtam são enforcados, estes furtam e enforcam".

Devemos também a Edições Afrontamento a recente publicação de "Histórias da Guiné e Ilhas de Cabo Verde", divulgada pelo PAIGC e que condensa em 180 páginas, num estilo claro,

uma imensa trajetória que vai das origens da humanidade até ao povoamento das terras africanas, do jugo colonial às guerras imperialistas e do comércio dos escravos à luta pela liberdade na qual colaborou o povo português por vocação anti-fascista.

As últimas páginas do livro são dedicadas a Amílcar Cabral. Não há hoje quem ponha em dúvida a estatura moral e o perfil corajoso deste defensor dos Direitos do Homem. Mas para aqueles que consideram as distinções de nível internacional como reconhecimento do que certos humanos fazem pelos seus semelhantes, lembramos apenas que:

— Amílcar Cabral era membro da Presidência do Conselho Mundial da Paz.

— Foi distinguido com a Medalha Gamal Abdel Nasser.

— O Conselho Mundial da Paz conferiu-lhe a Medalha Frederico Juliot-Curie.

— Recebeu o Diploma de Doutor Honoris Causa em Ciências Jurídicas da Universidade de Lincoln, nos Estados Unidos.

— O Instituto África da Academia de Ciências da U.R.S.S. conferiu-lhe o título de Doutor Honoris Causa em Ciências políticas e sociais.

Outras distinções lhe foram atribuídas após a sua morte, para que seu nome e seu exemplo continuem vivos na memória das gerações. O Presidente Sékou Touré concede-lhe a Medalha de Ouro de Fidelidade ao Povo. A Federação Mundial das Juventudes Democráticas atribui-lhe a Medalha da Unidade Anti-Imperialista. O Conselho Mundial da Paz cria um Prémio Amílcar Cabral e o governo indiano dá o seu nome a uma Bolsa de Estudo. Chama-se Amílcar Cabral uma das principais praças de Argel e uma grande avenida de Brazzaville, na República Popular do Congo. Recebem o seu nome uma escola inaugurada em 1973, em Pavia, e dois Centros de Documentação, na Itália e na Suíça. Por último, cria-se em Washington, nos Estados Unidos, o Instituto Amílcar Cabral.

Possam todas estas homenagens perpetuar as verdadeiras dimensões do espírito de luta e de sacrifício de um homem que os fascistas odiaram e que o mundo democrata recorda com orgulho e respeito.

SIDÓNIO MURALHA

ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas

13, 19, 25 e 31 metros a partir das 12 até 21h.

(horário do Brasil)

noticiário às 16, 19 e 20h.

ESPORTE

Surpresa na 7ª rodada

A 7ª rodada do campeonato teve algumas surpresas, principalmente a derrota do Vitória de Setúbal em sua própria casa, frente ao simpático e aguerido Olhanense. A esta hora o 8.º exercício sadino deve estar em pé de guerra e a situação do treinador José Augusto nos parece não ser muito sólida, uma vez que a atual campanha do Vitória de Setúbal não é das mais meritórias, em comparação com o desempenho da equipe nas últimas duas temporadas.

O Vitória de Guimarães vai de vento em popa e após a rodada, na qual derrotou o Académico de Coimbra, vai galhardamente na cinzeira da tabela, ao lado do Porto de Aymoré Moreira. No próximo domingo teremos um grande duelo entre os dois líderes; a equipe portueza que se prepare bem, pois os homens de Guimarães não estão respeitando ninguém.

O Benfica na Luz sofreu um tropeção e o Porto o destronou da liderança.

Mas vamos aos resultados da 7ª rodada e à classificação atual:

- Benfica 0 x Porto 1
- Vitória de Guimarães 3 x Académico 1
- Vitória de Setúbal 2 x Olhanense 3
- Atlético 0 x Belenenses 1
- Boavista 0 x Espinho 0
- Leixões 2 x C.U.F. 0
- Porto 1 x Oriental 0
- União de Tomar 1 x Sporting 2

Classificação por pontos ganhos

- Vitória de Guimarães — 12
- F. C. Porto — 12
- Benfica — 10
- Farense — 9
- Vitória de Setúbal — 8
- Boavista — 8
- Sporting — 8
- Sporting de Espinho — 7
- Belenenses — 6
- União de Tomar — 6
- C.U.F. — 5
- Atlético — 5
- Leixões — 4
- Oriental — 3
- Académico — 2

Classificação

- 1.º lugar Vitória de Guimarães — 12 pontos — 22/7 gols
- 2.º lugar Porto — 12 pontos — 14/7 gols
- 3.º lugar Benfica — 10 pontos — 16/4 gols
- 4.º lugar Farense — 9 pontos — 12/7 gols
- 5.º lugar Sporting — 8 pontos — 13/9 gols
- 6.º lugar Boavista — 8 pontos — 11/8 gols
- 7.º lugar Vitória de Setúbal — 8 pontos — 12/11 gols
- 8.º lugar Olhanense — 7 pontos — 16/18 gols
- 9.º lugar Sporting de Espinho — 7 pontos — 6/13 gols
- 10.º lugar União de Tomar — 6 pontos — 8/11 gols
- 11.º lugar Belenenses — 6 pontos — 13/17 gols
- 12.º lugar Cuf — 5 pontos — 7/10 gols
- 13.º lugar Atlético — 5 pontos — 9/17 gols
- 14.º lugar Leixões — 4 pontos — 5/8 gols
- 15.º lugar Oriental — 3 pontos — 4/12 gols
- 16.º lugar Académico de Coimbra — 2 pontos — 5/15 gols

Na disputa da "Taça de Honra" da Associação de Futebol de Lisboa, o Benfica foi campeão, ao derrotar o Sporting, com resultado de 1 x 0, na quarta feira, dia 16 do corrente.

Próximos jogos da 8ª rodada

- Benfica x Atlético
- Porto x Guimarães
- Sporting x Farense
- Belenense x Tomar
- Académico x Vitória de Setúbal
- Oriente x Leixões
- Cuf x Boavista
- Espinho x Ilhanense

Campeonato da 2ª divisão

Zona norte

- 1.º lugar Famalicão — com 9 pontos
- 2.º lugar União de Coimbra — com 8 pontos

Zona Sul

- 1.º lugar Barreirense — com 10 pontos
- 2.º lugar Torriense e Estoril com 9 pontos
- 3.º lugar Estrela de Portalegre e Lusitano de Évora — com 7 pontos

Vizela e Acadêmica melhoraram a classificação

Disputaram-se, domingo último, para o Campeonato Nacional da III Divisão os jogos F. C. Vizela-Espesinde (Série A) e Académico de Viseu-Oliveira do Bairro (Série B), ambos antecipados e referentes à quarta jornada, que deverá realizar-se em 4 de Maio, conforme o calendário da Federação.

Tanto o F. C. Vizela como o Académico de Viseu saíram vencedores das partidas, o que lhes proporcionou melhoria sensível na classificação. Assim o Vizela subiu quatro lugares (de 17.º para 13.º) e o Académico de Viseu ascendeu do nono ao quarto posto.

SÉRIE A

F. C. Vizela, 2 x Espesinde, 1

Jogo em Caldas de Vizela. Árbitro: José Neves, do Porto.

F. C. VIZELA — Silva; Gema, João, Celestino e Viana; Machado e Patula; Aleixo, "Quim", Jorge Santos e Pelxoto.

ESPOSENDE — Vieira; Andrade, Sidónio, Pinho e José Augusto; Oliveira e Travessas; Marinho, Basílio, Fernandes e Molta.

Primeiro tempo: 0x0. Marcadores: "Quim", aos 60 m e Jorge Santos, aos 75 m pelo F. C. Vizela; Marinho aos 70 m pelo Espesinde.

Partida equilibrada com triunfo da equipe mais feliz. Arbitragem boa.

Classificação:

| | J. | V. | E. | D. | G. | P. |
|------------------|----|----|----|----|----|-----|
| D. BRAGANÇA | 4 | 3 | 1 | — | 14 | 1 7 |
| Paços de Brandão | 4 | 3 | 1 | — | 9 | 2 7 |
| Desp. Monção | 4 | 3 | — | 1 | 10 | 2 6 |
| Vianense | 4 | 3 | — | 1 | 8 | 6 6 |
| União de Lamas | 4 | 3 | — | 1 | 9 | 3 6 |
| Paredes | 4 | 3 | — | 1 | 10 | 6 6 |
| Espesinde | 5 | 2 | 1 | 2 | 8 | 7 5 |
| Rio Ave | 4 | 2 | 1 | 1 | 7 | 5 5 |
| Vila Real | 4 | 2 | — | 2 | 4 | 4 4 |
| Freixo | 4 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 4 |
| Leça F. C. | 4 | 1 | 2 | 1 | 3 | 5 4 |

| | J. | V. | E. | D. | G. | P. |
|----------------|----|----|----|----|----|------|
| Desp. das Aves | 4 | 2 | — | 2 | 3 | 6 4 |
| F. C. Vizela | 5 | 1 | 2 | 2 | 3 | 7 4 |
| Sp. Lamego | 4 | 1 | 1 | 2 | 6 | 5 3 |
| "Os Limianos" | 4 | — | 3 | 1 | 4 | 6 3 |
| Cabeceirense | 4 | 1 | 1 | 2 | 3 | 9 3 |
| Avintes | 4 | 1 | — | 3 | 4 | 6 2 |
| Bairro Latino | 4 | 1 | — | 3 | 6 | 11 2 |
| Ponte da Barca | 4 | — | 1 | 3 | 2 | 9 1 |
| Moncorvo | 4 | — | — | 4 | 2 | 15 0 |

SÉRIE B

Académico de Viseu, 2 x Oliveira do Bairro, 1

Estádio do Fontelo, em Viseu. Árbitro: Ramiro Santos, de Coimbra.

ACADÉMICO DE VISEU — Luís Almeida (Fonseca); Soares, Emídio, Sousa I e António Alfredo; Margarido e Adelino; Lino, Sousa II, Bastos e Ferrão.

OLIVEIRA DO BAIRRO — Bertino; António Augusto, Bairrada, César e Matos; Pina (Carlos Santos) e Sarró; Henrique, Martins, Maraguto e Alvarito.

Ao intervalo: 1x0. Marcadores: Bastos, aos 26 m e António Alfredo, aos 61 m de grande penalidade, pelos locais; Henrique, aos 57 m de grande penalidade, pelos visitantes.

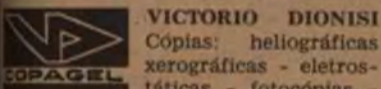
Triunfo difícil dos locais, numa partida disputada com equilíbrio. Boa arbitragem.

Classificação:

| | J. | V. | E. | D. | G. | P. |
|--------------------|----|----|----|----|----|------|
| NAVAL 1.º MAIO | 4 | 4 | — | — | 16 | 0 8 |
| Sp. Covilhã | 4 | 4 | — | — | 12 | 2 8 |
| Mangualde | 4 | 3 | 1 | — | 7 | 2 7 |
| Acad. Viseu | 5 | 2 | 2 | 1 | 7 | 4 6 |
| Cucujães | 4 | 3 | — | 1 | 6 | 6 6 |
| Oliveira do Bairro | 5 | 2 | 2 | 1 | 7 | 3 6 |
| Ala Arriba | 4 | 2 | 1 | 1 | 7 | 6 5 |
| "Os Marialvas" | 4 | 1 | 3 | — | 2 | 1 5 |
| Recreio Agueda | 4 | 1 | 2 | 1 | 6 | 2 4 |
| Febres | 4 | 1 | 2 | 1 | 4 | 3 4 |
| Ovarense | 4 | 2 | — | 2 | 7 | 7 4 |
| Anadia | 4 | 1 | 2 | 1 | 3 | 5 4 |
| Valecambrense | 4 | 2 | — | 2 | 4 | 6 4 |
| L. Vildemoinhos | 4 | 1 | 1 | 2 | 4 | 5 3 |
| Esperança | 4 | 1 | — | 3 | 5 | 11 2 |
| Lousanense | 4 | 1 | — | 3 | 2 | 10 2 |
| P. Castelo | 4 | 1 | — | 3 | 6 | 7 2 |
| A. D. Guarda | 4 | — | 2 | 2 | 2 | 6 2 |
| Gouveia | 4 | — | — | 4 | 2 | 11 0 |
| "Os Pinhelenses" | 4 | — | — | 4 | 3 | 15 0 |

SÉCULO XXI

LIVROS Especializada em livros portugueses Atende pelo reembolso postal Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315 Fone: 33-5700 - São Paulo



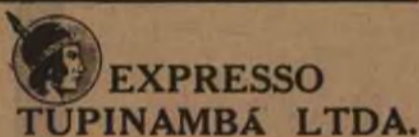
VICTORIO DIONISI Cópia: heliográficas xerográficas - eletrotáticas - fotocópias - semiográficas - redução ampliação Rua Libero Badaró, 488 - 8.º andar - B2 Fone: Av. Angélica, 2395 - Loja 1 - Fone: 256-5141 - São Paulo

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES Advocacia cível e comercial Inventários, partilhas e arrolamentos Desquites e anulação de casamento Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas. Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas 701 a 704 - Telefone: 34-7064 SAO PAULO

AVANÇO — LIVRARIA QUEM NÃO LÊ... MAL FALA, MAL OUVI, MAL VÊ... Aberta diariamente até às 22 horas Rua Aurora, 704 — Fone: 239-0460 SAO PAULO



Livros Portugueses Livros Nacionais e Importados Livros Universitários Rua Barão de Itapetininga, 93/90 Fone: 32-7770 — São Paulo



SERVIÇOS RÁPIDOS Transportes em geral para a Capital e todo o Brasil Rua dos Lilazes, 31 — São Paulo Fones: 275-6242 e 275-8914

RICATUR - Passagens e Câmbio Ltda. Passagens aéreas e marítimas - Nacionais e internacionais - Câmbio Rua Xavier de Toledo, 44 - 4.º - Cj. B Fones: 35-6461 - 37-2005 - São Paulo

Embratur 30 SP/67



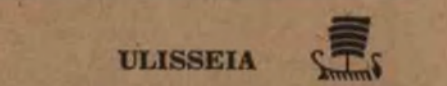
Rodoviário "CARAVELLE" Ltda. "O Jato na Rodovia" Transportes rápido entre: Rio - São Paulo - Niterói - Magé - Rio Bonito. RIO SAO PAULO NITERÓI 260-5075 92-1864 5294

MURILLO MELLO CÉLIA DE MELO E MOURA ADVOGADOS Causas cíveis, criminais e trabalhistas Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100 Fone: 33-1846 — São Paulo



Incêndio — Automóveis — Vida em grupo — Acidentes pessoais Rua Barão de Itapetininga, 255 (Galeria Califórnia) — 11.º andar — Cj. 1107 — Fones: 32-4882 e 37-2774 — São Paulo

VERBO Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaio - Ficção - Divulgação Científica - Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil EDITORA VERBO, LIMITADA - Rua Bueno de Andrade, 480-484 Tel.: 278-0444 São Paulo



Livros nacionais e estrangeiros Técnicos, jurídicos e didáticos Para todos os cursos Primário, Ginásio, Científico Consulte-nos: fone: 239-3238 LIVRARIA E PAPELARIA JARAGUÁ LTDA. Rua Marconi, 54 — São Paulo

CASA DO MATE Mate quente e gelado a toda hora - Mate com leite, limão e maracujá - Chá mate e chimarrão em pacotes das melhores marcas Av. São João, 602 - São Paulo

Um homem novo nasce neste chão



AMILCAR CABRAL

"Um homem novo está em vias de nascer neste chão", dizia Amílcar Cabral, referindo-se à experiência que o PAIGC desenvolvia nas áreas libertadas da Guiné-Bissau, construindo uma vida nova, política, administrativa, econômica, social e cultural.

Com efeito o PAIGC conseguiu organizar nas áreas libertadas, e ao mesmo tempo que conduzia a luta armada contra o colonialismo, a vida da comunidade com instituições próprias, passando das trevas duma dominação colonial injusta e incapaz à aurora de um futuro que desconhecera a exploração. Esse foi o maior êxito da luta do povo da Guiné-Bissau conduzida pelo PAIGC. Essa sociedade, baseada na dignidade do ser humano, na efetiva igualdade, na justiça social, no trabalho comunitário, será num futuro próximo a realidade de toda a Guiné-Bissau república soberana, democrática, anticolonialista e anti-imperialista.

A revolução guineense cuidou de eliminar, nos territórios libertados, todos os vestígios do colonialismo português e de recuperar o atraso que herdara da secular dominação colonial. Assim fundou cerca de 200 escolas, conseguindo reduzir a 10% a percentagem de analfabetismo entre a população adulta. A frequência das escolas, das crianças em idade escolar é de 100%. Nas áreas libertadas da Guiné-Bissau a escolaridade é obrigatória, tanto para crianças como para adultos, e a instrução é um direito e um dever. As crianças frequentam o jardim-escola a partir dos 4 anos, passando depois ao ensino primário e posteriormente ao chamado internato. A educação primária obedece a um plano que compreende o ensino do português, da aritmética, das ciências naturais, da geografia, da história e da política.

Tal como o ensino, também a saúde é considerada um direito e um dever. Nas áreas libertadas, o PAIGC não só fundou hospitais para darem assistência aos combatentes e à população civil, como cuidou de dar uma educação sanitária à população.

Contou para tanto com quadros formados no estrangeiro. Só no hospital do Morés, um dos três hospitais de campanha, da frente Norte, a população contava com a assistência de 32 enfermeiras altamente especializadas.

Não só para a formação de quadros o PAIGC contou com a solidariedade internacional. No campo específico da cobertura sanitária, essa ajuda fez-se sentir de forma mais direta pela participação de brigadas de médicos que em regime de voluntariado acompanharam no interior da Guiné-Bissau a luta do povo guineense.

A ajuda que o PAIGC recebeu da comunidade internacional obedeceu a uma ética própria: antes de mais, o PAIGC nunca solicitou essa ajuda; depois, não admitiu condições para a ajuda que recebia; por fim, deu como contrapartida a garantia de a utilizar com a maior eficácia para a libertação do povo da Guiné e de Cabo Verde.

Aliados naturais dos povos que lutam pela liberdade e independência, os países da comunidade socialista, particularmente a União Soviética, são os que mais consequentemente apoiam os movimentos de libertação.

A importância e o alcance desse apoio político, militar e econômico, que reveste as mais variadas formas, está patente nas áreas libertadas da Guiné-Bissau, e os dirigentes do Partido consideram-no vital para o êxito da luta do povo da Guiné-Bissau.

Muitos dos quadros do PAIGC frequentaram cursos em países socialistas: médicos formados na URSS, técnicos de toda a ordem formados na R.D.A. e na Checoslováquia, são frequentes nas áreas libertadas deste país formado na luta.

Na Guiné-Bissau o poder é exercido pelas massas trabalhadoras estreitamente ligadas ao PAIGC, força política dirigente da sociedade, expressão da vontade soberana do povo.

Fundado em Bissau em 1956 por Amílcar Cabral, o PAIGC tem por objetivos a conquista da independên-

cia nacional da Guiné e de Cabo Verde, a democratização e a emancipação das populações africanas desses territórios e a realização dum progresso econômico rápido e dum real promoção social e cultural do povo da Guiné e de Cabo Verde.

Para a realização desses objetivos, o PAIGC mobilizou, organizou e dirigiu as massas populares guineenses e cabo-verdianas, na luta armada e na obra de reconstrução nacional começada nas regiões libertadas da Guiné.

A organização política nas áreas libertadas da Guiné-Bissau tem como célula de base o comité de tabanca, constituído por cinco comissários eleitos pela população. A cada um desses comissários competem funções específicas ligadas à defesa e segurança, educação, saúde, formação política e abastecimentos. A organização judiciária está montada na base de tribunais populares que julgam as quebras de disciplina partidária, as fugas às normas de defesa e segurança, etc. O homem novo que se formou na Guiné-Bissau tem no entanto uma sólida formação moral: as infrações referidas são muito raras e não há memória dum roubo ou dum crime de morte nas áreas libertadas, onde as casas não têm portas e a propriedade é coletiva.

Com a criação dos armazéns do povo, respondeu o PAIGC à procura pelas populações das áreas libertadas dos gêneros de primeira necessidade. Praticando o sistema de trocas, os armazéns do povo, profusamente disseminados pelas áreas libertadas, chegaram a assegurar a exportação do arroz durante a guerra.

A Guiné-Bissau tem condições naturais para ser um grande produtor mundial de arroz. O engenheiro

Amílcar Cabral é autor duma tese que não interessou ao colonialismo nesse sentido. Por outro lado é um território rico em madeiras e em mancarra e nas suas costas abunda o peixe. A tese segundo a qual a Guiné era um país pobre, onde apenas se poderia praticar uma agricultura de subsistência, foi defendida pelo colonialismo para dar uma cobertura à dominação e à exploração coloniais.

Nas áreas libertadas da Guiné-Bissau a atividade produtiva desenvolve-se segundo o princípio "quem não trabalha, não come". A consciência do homem novo fá-lo encarar o trabalho como um direito e um dever social. Desenvolver essa consciência nas áreas até agora ocupadas, será uma das principais tarefas do PAIGC. Tarefa gigantesca, já que nas áreas ocupadas grande parte da população viveu nos últimos anos inteiramente a expensas do exército português, sem desenvolver qualquer atividade produtiva. A descolonização mental, segundo palavras do presidente Luís Cabral, é uma tarefa gigantesca que o PAIGC encara com a grande confiança com que encara o futuro.

Conta para tanto com o homem novo formado pelo Partido nas áreas libertadas. Ai é elevado o nível de consciência política e social de cada homem, mulher e criança.

Os pioneiros do PAIGC, com idade entre os 10 e os 15 anos, foram educados com a orientação política do Partido. Têm amor ao povo, dedicação à luta, respeito pela família e pela escola, gosto pela justiça, pelo trabalho, pelo progresso e a liberdade. A sua divisa é "Estudo, Trabalho, Luta" e eles são a vanguarda dos meninos guineenses. Discutem tudo o que diz respeito à luta do seu povo à sua escola e à sua terra; reúnem-se com os pais com os dirigentes e responsáveis políticos, com os militantes e combatentes; organizam jogos desportivos, concursos de canto, de desenho e de trabalhos manuais. Os Pioneiros do PAIGC amam o trabalho e respeitam os trabalhadores de todo o mundo, são bons amigos e camaradas e procuram a amizade com todas as crianças da sua escola, da sua terra e do mundo.

Nascidos durante a fase mais avançada da tomada de consciência do seu povo, educados na luta anticolonialista e antiimperialista travada pelo seu povo, os Pioneiros do PAIGC são o futuro deste país. Para eles que homens e mulheres do povo irmão da Guiné-Bissau viveram e morreram: por um regime democrático anticolonialista e antiimperialista, pela independência econômica, pela justiça e progresso pela paz.

A geração de homens e mulheres da Guiné-Bissau que hoje constituem os Pioneiros do PAIGC, viverá independente, na justiça, no progresso e na paz.

leia e assinie

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da Editora Portucalense Ltda.
Diretor
 Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
 Alexandre Antunes Pereira
 Fernando Lemos
 João Sarmiento Pimentel
 Joaquim Quitério
 Manuel Ferreira Moura
 Raul Ciriaco da Cunha
Redação
 Rua Libero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50
 Caixa Postal 8248 - CEP 01000
 Telefone: 37-0933
 São Paulo - SP

Distribuição
 Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
 Rua Teodoro da Silva, 907
 20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão
 Jornal Paulista Ltda.
 Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
 São Paulo - SP
 Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
 REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes
BRASIL
 Rio de Janeiro - GB.
 A. J. Bravo
 Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13
 Fone: 224-9765

Recife - PE
 Angelo Ferreira da Silva
 Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
 Julio Duarte
 Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
 Livraria Encontro S.A.
 Galeria do Hotel Nacional
 Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
 Junta Patriótica Portuguesa
 Apartado 8287
URUGUAY - Montevideo
 Junta Portuguesa Del Uruguay
 Casilla de Correo 2128
PORTUGAL - Lisboa
 Urbano Tavares Rodrigues
 Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
 Portuguese and Colonial Bulletin
 10 Pentiman Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
 Tulipa Vermelha
 Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.
 Portuguese Canadian Democratic Association
 P.O.Box 5921 - Station (A)
CHECOSLOVAQUIA - Praga 1
 João Ribeiro
 Postovní Urad-Jindriřská UL.
 C: 14 Scharánka 646
FRANÇA - Paris
 Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"
 2, Place François Villon
 Escalier E - La Courvenneuve Seine
Assinaturas
Para o Brasil
 Anual Cr\$ 120,00
 Semestral Cr\$ 70,00
Via aérea
 Anual Cr\$ 170,00
 Semestral Cr\$ 120,00
Para o Exterior - via aérea*
 Anual US\$ 24
 Semestral US\$ 21